

INFORMS

INFORMATIVO
MERCO SHIPPING



RESUMO INFORMATIVO
COM AS PRINCIPAIS
NOTÍCIAS DOS SETORES
PORTUÁRIO E DE
NAVEGAÇÃO

Edição 071/2025
Data: 04/06/2025



ÍNDICE

PARA ACESSAR RAPIDAMENTE O ARTIGO, POSICIONE O CURSOR NA MANCHETE, E SIGA AS INSTRUÇÕES.

A TRIBUNA DIGITAL (SP)	4
LICITAÇÃO PARA APROFUNDAR DRAGAGEM NO PORTO DE SANTOS SERÁ LANÇADA AINDA ESTE ANO.....	4
PORTO DE SANTOS TERÁ TRÁFEGO MONITORADO POR TORRE COM RADAR MARÍTIMO; SISTEMA COMEÇA A OPERAR EM DEZEMBRO	5
PORTO DE PARANAGUÁ, NO PARANÁ, TEM NÚMERO RECORDE DE CAMINHÕES.....	6
CONDOMÍNIO LOGÍSTICO EM CUBATÃO SEGUE SEM PEDIDO DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL, DIZ CETESB	7
ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS	8
ANTAQ DIVULGA RELATÓRIO DE ENQUETES DO CONSELHO DE USUÁRIOS DE SERVIÇOS PÚBLICOS.....	8
GOV.BR – MINISTÉRIO PORTOS E AEROPORTOS - DF	9
AEROPORTO DE BARREIRAS RECEBERÁ R\$ 66 MILHÕES PARA AMPLIAÇÃO E MODERNIZAÇÃO	9
AVISO DE PAUTA – VIAGEM À FRANÇA.....	10
PACTO DA SUSTENTABILIDADE DO MINISTÉRIO DE PORTOS E AEROPORTOS JÁ TEVE ADESÃO DE MAIS DE 30 EMPRESAS.....	10
GOV.BR – MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES - DF	11
GOVERNO FEDERAL RETOMA GESTÃO DA RODOVIA DO AÇO APÓS DESCUMPRIMENTO CONTRATUAL POR PARTE DA CONCESSIONÁRIA	11
RODOVIAS DO FUTURO 2025: RENAN FILHO APRESENTA INICIATIVA PARA AMPLIAR INTERNET E SINAL NAS ESTRADAS FEDERAIS.....	12
MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES INVESTE R\$ 120 MILHÕES NO ANEL RODOVIÁRIO DE BH E TRANSFERE A GESTÃO DA ESTRUTURA PARA O MUNICÍPIO	12
BE NEWS – BRASIL EXPORT	13
EDITORIAL – A RETOMADA DA RODOVIA DO AÇO.....	13
NACIONAL - HUB – CURTAS - GOVERNO QUER GARANTIR QUE REDUÇÃO DA GASOLINA CHEGUE AO CONSUMIDOR	14
<i>Na bomba</i>	14
<i>Redução perdida</i>	14
<i>Aumentando a receita</i>	14
<i>Pedido presidencial</i>	14
<i>Estratégias</i>	15
<i>Obras garantidas</i>	15
REGIÃO SUDESTE - ANEL RODOVIÁRIO DE BELO HORIZONTE PASSA PARA A GESTÃO MUNICIPAL.....	15
NACIONAL - GOVERNO REASSUME RODOVIA DO AÇO APÓS CADUCIDADE DA CONCESSÃO DA K-INFRA	16
NACIONAL - SANTOS BRASIL OFERECE VAGAS EM PROGRAMA DE ESTÁGIO COM INSCRIÇÕES ATÉ JULHO.....	17
NACIONAL - PRESIDENTE DO TCU SE REÚNE COM CEO DO GRUPO BRASIL EXPORT	18
NACIONAL - MARCIO GUIOT ASSUME DIRETORIA DA JBS TERMINAIS EM ITAJAÍ	18
REGIÃO SUDESTE - VTMIS: APS E MARINHA FIRMAM ACORDO PARA MONITORAMENTO AVANÇADO NO PORTO DE SANTOS	19
INTERNACIONAL - EUA DOBRAM TARIFAS SOBRE AÇO E ALUMÍNIO; BRASIL ENTRE OS AFETADOS.....	21
C O N E X Ã O – NORDESTE - JOÃO CAMPOS, UMA LIDERANÇA QUE JÁ É NACIONAL.....	22
C O N E X Ã O – NORDESTE - RN FORTALECE LAÇOS COM A DINAMARCA EM MISSÃO VOLTADA À ENERGIA EÓLICA OFFSHORE.....	22
C O N E X Ã O – NORDESTE - GOVERNO DO CEARÁ INVEU R\$ 170,8 MILHÕES NA REGIÃO DO LITORAL NORTE	23
JORNAL O GLOBO – RJ	24
BRASIL QUER COTA LIVRE DE SOBRETAXA APÓS EUA AUMENTAREM PARA 50% TARIFA SOBRE O AÇO.....	24
BC VAI PUBLICAR REGRA PARA EVITAR FRAUDES NO PIX AUTOMÁTICO COM EMPRESAS FALSAS.....	24
TRÉGUA NAS TARIFAS CAMUFLA UM OUTRO LADO DA GUERRA COMERCIAL ENTRE EUA E CHINA; ENTENDA	26
ANAC REVOGA SUSPENSÃO DO TRANSPORTE AÉREO DOS CORREIOS APÓS ACORDO DE SEGURANÇA.....	29
'MAIOR ALIADO DO SETOR SIDERÚRGICO BRASILEIRO PODE SER A INDÚSTRIA AMERICANA', DIZ ECONOMISTA SOBRE AUMENTO DA TARIFA DO AÇO	30
TCU DISCUTE NESTA QUARTA ACORDO PARA QUE A RIOGALEÃO CONTINUE A ADMINISTRAR AEROPORTO INTERNACIONAL DO RIO.....	31
O ESTADO DE SÃO PAULO - SP	32
SETOR AGRÍCOLA FRANCÊS COBRA OPOSIÇÃO DE MACRON A ACORDO UE-MERCOSUL ANTES DE ENCONTRO COM LULA.....	32
PAÍSES ATRASAM ENVIO DE METAS AMBIENTAIS; BRASIL ESTÁ EM DIA, MAS 'SEM AMBIÇÃO', DIZEM ESPECIALISTAS.....	33
MARGEM EQUATORIAL: IBAMA MARCA VITÓRIA DA SONDA DA PETROBRAS QUE VAI PARA A FOZ DO AMAZONAS	36



‘ESTAMOS NO MELHOR MOMENTO PARA O INVESTIMENTO EM INFRAESTRUTURA NO BRASIL’, DIZ PRESIDENTE DA ABDIB	37
AUDITORES FISCAIS FAZEM OPERAÇÃO-PADRÃO EM BAGAGENS EM 5 AEROPORTOS; VEJA QUAIS SERÃO AFETADOS	40
VALOR ECONÔMICO (SP).....	40
OCEAN WILSONS FINALIZA VENDA DE CONTROLE DA WILSON SONS PARA MSC POR R\$ 4,35 BI	40
VALE IRÁ OPERAR COM NOVA GERAÇÃO DE NAVIOS MULTICOMBUSTÍVEL	41
CONTROLE DE MINERAIS CRÍTICOS PELA CHINA AMPLIA PREOCUPAÇÃO GLOBAL	42
PORTAL PORTOS E NAVIOS.....	44
NOVA GERAÇÃO DE GUAIBAMAX DA VALE TEM PREVISÃO DE ENTRADA EM OPERAÇÃO ENTRE 2027 E 2029	44
APS E MARINHA FIRMAM ACORDO PARA IMPLANTAÇÃO DE VTMIS NA ILHA DA MOELA.....	45
ANTAQ DIVULGA HOJE RESULTADOS DE ENQUETE COM CONSELHEIROS SOBRE QUALIDADE DOS SERVIÇOS PÚBLICOS	46
MAERSK RECEBE 12º PORTA-CONTÊINER DE METANOL	46
PETROBRAS PLANEJA 52 NOVOS NAVIOS ATÉ 2026 COM INVESTIMENTO DE US\$ 5,12 BILHÕES	47
CLARKSONS RESEARCH APONTA AVANÇOS E DESAFIOS DO SETOR MARÍTIMO GLOBAL EM 2025	47
PANAMÁ REMOVE MAIS DE 650 NAVIOS DE SEU REGISTRO PARA REFORÇAR CUMPRIMENTO DE SANÇÕES.....	48
UTE GNA II INICIA OPERAÇÃO COMERCIAL E CONSOLIDA MAIOR COMPLEXO TERMELÉTRICO A GÁS DA AMÉRICA LATINA ..	49
PRÊMIO ECOBRASIL RECEBE O NÚMERO RECORDE DE 34 INSCRIÇÕES DE ENTIDADES DOS SETORES DE PORTOS, INDÚSTRIA NAVAL E MARINHA MERCANTE.....	49
MERCOS SHIPPING MARÍTIMA LTDA	50
ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA MERCOSHIPPING.COM E NO LINKEDIN.COM	50



A TRIBUNA DIGITAL (SP)

LICITAÇÃO PARA APROFUNDAR DRAGAGEM NO PORTO DE SANTOS SERÁ LANÇADA AINDA ESTE ANO

Processo para aprofundamento do canal do Porto para 16 metros será lançado no segundo semestre, segundo a Autoridade Portuária de Santos

Por Bárbara Farias 4 de junho de 2025



Gestora do Porto de Santos assinará contrato por 18 meses, se responsabilizando pelos projetos e retirada do material rochoso do mar (Sílvia Luiz/AT)

O edital de licitação para contratar a dragagem de aprofundamento do Canal do Porto de Santos para 16 metros (atualmente tem entre 14 e 15 metros, dependendo do local) será lançado no segundo semestre deste ano. Em paralelo, será iniciada a derrocagem (remoção) de rochas em 33 pontos do canal de acesso, que é a primeira etapa antes de começar a dragar os sedimentos do estuário.

“O processo da derrocagem das pedras está em fase de análise documental e a expectativa é que no início do segundo semestre seja possível dar início às obras. Em paralelo, tramita na APS o projeto de aprofundamento do canal para 16 metros”, informou a Autoridade Portuária de Santos (APS), em nota.

Questionada, a administração portuária não informou o nome da empresa vencedora do certame para a derrocagem nem o valor do serviço contratado. A companhia assinará um contrato válido por 18 meses se responsabilizando pela elaboração dos projetos básico e executivo e a retirada do material rochoso cujo volume é estimado em 10 mil metros cúbicos (m³).

A APS publicou o edital para a derrocagem em 7 de outubro do ano passado e as propostas das empresas licitantes foram entregues no dia 29 daquele mês.

Levantamento

Um estudo recebido pela APS identificou inicialmente 31 pontos existentes na entrada, no meio (em frente ao Terminal Marítimo de Passageiros Giusfredo Santini, administrado pelo Concais) e no final do estuário, próximo à Ilha Barnabé, além de áreas de acesso e berços de atracação. Atualmente, foram identificados 33 pontos com rochas a serem retiradas, de acordo com a estatal.

Para A Tribuna, em outubro do ano passado, o presidente da APS, Anderson Pomini, disse que a iniciativa atende a uma necessidade antiga dos armadores de cabotagem e de longo curso que utilizam o Porto de Santos.

Segundo ele, a partir do derrocamento das rochas, abre-se um caminho seguro para chegar aos 16 metros e, na sequência, aos 17 metros de profundidade. Isso, disse Pomini, trará tranquilidade definitiva para o Porto receber, a qualquer hora do dia ou da noite, os maiores navios do mundo.

Os métodos e equipamentos a serem usados deverão estar descritos nos projetos básico e executivo. A gestora do complexo portuário destacou que a vantagem de se fazer a derrocagem antes do aprofundamento é já contar com a licença ambiental.

Dragagem

A dragagem de aprofundamento para 16 metros está orçada em R\$ 324,1 milhões e a obra poderá ser executada por meio de concessão patrocinada, na modalidade de parceria público-privada (PPP).



Draga HAM-316, com capacidade de cisterna de 10 mil metros cúbicos, costuma ser usada em Santos (Alexsander Ferraz/AT)

A APS calculava iniciar as obras em outubro deste ano e concluir em junho de 2026, mas esse cronograma pode ser alterado já que o edital de licitação será lançamento em meados do segundo semestre.

Manutenção

O Canal de Navegação do Porto de Santos sob jurisdição da Autoridade Portuária de Santos (APS) possui extensão de 24,6 km, largura de 220 metros e profundidade de 15 metros, se estendendo da Barra até o Pier da Alemoa, informou a APS.

Essa área passa por constantes dragagens de manutenção, para manter a profundidade atual. Cada período de dragagem, em torno de dois meses, pode ser retirados mais de 900 mil metros cúbicos de sedimentos. “O Porto está situado em um estuário natural, que diariamente recebe um volume significativo de sedimentos que podem provocar assoreamento e reduzir a profundidade do canal de navegação”, explica a APS. No final do ano passado, foram gastos R\$ 15 milhões em dragagem.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 04/06/2025

PORTO DE SANTOS TERÁ TRÁFEGO MONITORADO POR TORRE COM RADAR MARÍTIMO; SISTEMA COMEÇA A OPERAR EM DEZEMBRO

Trata-se do Sistema de Gerenciamento e Informações do Tráfego de Embarcações (VTMIS); licitação deve ser aberta neste mês

Por Bárbara Farias 4 de junho de 2025



A Ilha da Moela, sob administração da Marinha, fica próxima à área de fundeio de navios e terá sensores (Sílvio Luiz/AT)

O monitoramento em tempo real do trânsito de embarcações no Porto de Santos será intensificado a partir de dezembro, quando o Sistema de Gerenciamento e Informações do Tráfego de Embarcações (VTMIS, na sigla em inglês) iniciará as operações. A licitação deve ser aberta neste mês e o investimento previsto é de R\$ 100 milhões.

A autorização que faltava para dar início às instalações dos equipamentos na Ilha da Moela, em Guarujá, foi obtida nesta terça-feira (3), em acordo entre a Autoridade Portuária de Santos (APS) e a Marinha. O termo de cooperação técnica foi assinado entre o presidente da APS, Anderson Pomini, o comandante do 8º Distrito Naval, vice-almirante Marco Antônio Ismael Trovão de Oliveira, e o capitão dos Portos de São Paulo, Marcus André de Souza e Silva.

“Conseguimos as autorizações dessas torres para quatro locais. A licitação do sistema será feita este mês e o início da implementação do sistema será em dezembro”, diz Pomini, acrescentando que o sistema será integralmente implantado e custeado pela APS.

“Esse sistema é tão complexo e importante para a navegação brasileira que exige a integração de todas as autoridades”, afirma Pomini, explicando que será montada uma sala na sede administrativa do Porto que contará com profissionais da Praticagem, Receita Federal, Polícia Federal e Marinha.

“O VTMS busca eficiência para as manobras de entradas e saídas dos navios, mas é um sistema que conta com quatro torres permitindo que as instituições compartilhem 100% das informações geradas e monitoradas diuturnamente pelo sistema”, ressalta o presidente da APS.

Já o capitão dos Portos lembra que o sistema vai permitir o acompanhamento, monitoramento e vetoramento (orientação) em tempo real de todas as embarcações que estão entrando e saindo do Porto de Santos, “contribuindo ainda mais para a segurança da navegação sob a ótica da Autoridade Marítima que é a Marinha”.

A Ilha da Moela, sob administração da Marinha, fica próxima à área de fundeio de navios. Dotada de um farol do século 19, é ponto de referência aos navegantes na região. O acordo permite à administração portuária realizar obras de infraestrutura e instalar equipamentos e sensores do VTMS na Ilha.

Na ilha

A Ilha da Moela receberá uma torre do VTMS, com radar marítimo, equipamentos meteorológicos e câmeras eletro-ópticas. Os investimentos atenderam todas as exigências previstas pelos órgãos de controle. Essa estação-radar do VTMS e os demais equipamentos serão alimentados por energia solar fotovoltaica.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 04/06/2025

PORTO DE PARANAGUÁ, NO PARANÁ, TEM NÚMERO RECORDE DE CAMINHÕES

Pátio recebeu 181 mil veículos em 4 meses

Por ATribuna.com.br 4 de junho de 2025



Pátio de Triagem retira o excesso de veículos das vias de acesso ao porto e avalia qualidade das cargas (Claudio Neves/Portos do Paraná)

A movimentação de veículos bateu recorde histórico no Pátio de Triagem do Porto de Paranaguá, no Paraná, este ano. Entre janeiro e abril, 181.651 caminhões passaram pelo local, superando o recorde anterior registrado no mesmo período de 2020, com 175.280 veículos.

Focado no recebimento de granéis sólidos vegetais, o pátio recebeu, majoritariamente, cargas de grãos de soja (5.495.034 toneladas) e farelo de soja (2.407.836 toneladas) nos quatro primeiros meses do ano. A maior parte dessas cargas veio dos estados do Paraná e Mato Grosso.

O Pátio de Triagem tem como objetivos principais retirar o excesso de veículos das vias de acesso ao porto e avaliar a qualidade das cargas a serem exportadas. A estrutura também é responsável pelo agendamento de dia e horário de entrada de cada caminhão, evitando filas na BR-277.

Fiscalização

O Porto de Paranaguá segue um regimento de controle e fiscalização implantado em 2024, estabelecido pela Portos do Paraná em parceria com o Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa). O método deve assegurar o máximo de segurança e qualidade nos produtos movimentados.

A classificadora oficial do Pátio de Triagem é a BV, empresa auditada pelo Instituto de Desenvolvimento Rural (IDR). A fiscalização é gerida pela Associação dos Terminais do Corredor de Exportação de Paranaguá (Atexp). Os classificadores coletam amostras dos caminhões, e os técnicos realizam uma primeira análise visual, capaz de identificar contaminantes como pedras, areia e galhos.

Outra parte do produto coletado é enviada ao laboratório para uma nova etapa de análises. De janeiro a abril deste ano, 1.850 veículos tiveram suas cargas recusadas por não atenderem aos padrões mínimos de qualidade exigidos. Houve redução nos veículos com cargas recusadas de quase 30% em relação ao mesmo período de 2024 (2.613).

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 04/06/2025

CONDOMÍNIO LOGÍSTICO EM CUBATÃO SEGUE SEM PEDIDO DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL, DIZ CETESB

Consórcio ganhou licitação que visa construir pátio para caminhões na Ilha do Tatu

Por Bárbara Farias 3 de junho de 2025



APS assinou contrato de 35 anos para exploração da área verde de 412,5 mil metros quadrados, ao lado do Viaduto Mário Covas, em Cubatão (Alexander Ferraz/AT)

O consórcio Condilog, vencedor da licitação para construir e explorar um condomínio logístico com pátio para caminhões na Ilha do Tatu, em Cubatão, ainda não deu entrada no pedido de licenciamento ambiental, informou a Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (Cetesb). O consórcio venceu a licitação em julho do ano passado e assinou contrato com a Autoridade

Portuária de Santos (APS) em janeiro deste ano.

A construção naquele espaço verde da União, localizado ao lado da interligação das rodovias Anchieta e Imigrantes, contraria políticos locais, que alegam impactos ao meio ambiente e a 60 mil moradores. O Ministério Público Estadual (MPE) também já se manifestou contra a proposta. O terreno tem 412,5 mil metros quadrados (m²) e faz parte da poligonal (área) do Porto de Santos.

Conforme o contrato, a concessionária tem a obrigação de entregar o pátio de caminhões com 1.020 vagas em três anos, ou seja, até 2028. O investimento previsto em todo o complexo logístico é de R\$ 3 bilhões.

Em nota, a Cetesb informou que “até o momento, não existe pedido de licenciamento protocolado para o empreendimento em questão”. A Companhia firma que, em outubro de 2024, houve apenas uma consulta por parte do empreendedor, solicitando orientações sobre qual estudo ambiental seria necessário para abertura do processo, “que deverá se dar através de apresentação de Estudo e Relatório de Impacto Ambiental (EIA-Rima)”. E ressalta que “não existe processo aberto”.

O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) também foi procurado e informou que esse projeto é avaliado somente pela Cetesb.

A Tribuna não conseguiu contato com o Condilog. A cessionária da Ilha do Tatu tem capital social aberto de R\$ 1,5 milhão e não possui um site oficial.

Em tempo



A APS disse que “a cessionária está dentro do prazo contratual previsto para obtenção da licença ambiental”.

A APS afirmou ainda que o presidente Anderson Pomini tem mantido contato com as autoridades de Cubatão e aguarda a apresentação de opções, dentro do Município, como possíveis locais em substituição à Ilha do Tatu. “Por isso, a prudência em iniciar o procedimento da obtenção de licença”.

Políticos não querem o empreendimento naquela área

O vereador de Cubatão Alessandro Oliveira (Republicanos) encaminhou ofício à ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Marina Silva, em 29 de janeiro, alegando que um complexo logístico com pátio de caminhões na Ilha do Tatu causará prejuízos ao meio ambiente e à população residente nas imediações.

No documento, o parlamentar aponta que o terreno “está localizado em uma região de mangue, rodeadas por bairros majoritariamente urbanos, onde vivem milhares de pessoas” e que o “processo de implantação deste empreendimento foi um tanto quanto nebuloso, sem uma participação popular mais incisiva nas discussões”.

O vereador relata ainda no ofício que, caso seja de fato implantado na Cidade, “o empreendimento trará enormes prejuízos e danos ao equilíbrio ecológico daquela região, com devastação de fauna e flora nativas”. “A gente não é contra o desenvolvimento, porém, o projeto foi muito mal elaborado. Isso impacta diretamente na vida de quase 60 mil pessoas. Não vamos permitir a construção”, declarou o vereador para a A Tribuna.

Outro local

O prefeito de Cubatão, César Nascimento (PSD), já chegou a ofertar uma área no polo industrial em troca da área verde licitada. Ele ofereceu um espaço de 1 milhão de m², com capacidade para mil vagas, no Sítio dos Areais, no Polo Industrial, às margens da Rodovia Cônego Domênico Rangoni. A proposta foi apresentada ao vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin (PSB), em Brasília.

O vereador Alessandro Oliveira é contra a oferta do prefeito. “Não concordo. A gente não tem que ceder nada, eles (APS) que estudem uma possibilidade em qualquer que seja a área da Cidade. Vamos defender os interesses da nossa cidade, com um projeto que não afete diretamente as pessoas, o meio ambiente, bem organizado e que tenha contrapartida para o Município”.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 04/06/2025



Agência Nacional de Transportes Aquaviários

ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS

ANTAQ DIVULGA RELATÓRIO DE ENQUETES DO CONSELHO DE USUÁRIOS DE SERVIÇOS PÚBLICOS

Iniciativa avalia a satisfação e a qualidade dos serviços prestados pela Agência

Brasília, 03/06/2025 - A Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) disponibilizou, nesta terça-feira (3), o Relatório de Enquetes do Conselho de Usuários de Serviços Públicos da autarquia. O documento está disponível aqui.

O levantamento apresenta os resultados da consulta sobre qualidade e satisfação dos conselheiros de usuários da Agência quanto aos 31 serviços apresentados na Carta de Serviços da ANTAQ. Este foi o primeiro ciclo de enquetes do quadriênio 2025-2028 e as perguntas foram aplicadas entre março e abril deste ano.

A Carta de Serviços é um instrumento de gestão pública, que contém informações sobre os serviços públicos prestados de forma direta ou indireta pelos órgãos e entidades da administração pública. Ela contempla as formas de acesso, padrões de qualidade e compromissos de atendimento aos usuários.

Por sua vez, o Conselho de Usuários é uma iniciativa que busca promover a participação direta da sociedade civil na avaliação e na melhoria da prestação dos serviços ofertados pela Agência. Além disso, essa contribuição auxilia a ANTAQ na elaboração de regulações que melhoram o setor.

Qualquer cidadão pode ser conselheiro, para isso, é necessário fazer um breve cadastro na Plataforma Virtual do Conselho de Usuários de Serviços Públicos. Após a inscrição, o cidadão poderá periodicamente sugerir propostas de melhorias dos serviços da ANTAQ.

Fonte: ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários

Assessoria de Comunicação Social/ANTAQ

Fone: (61) 2029-6520 - FAX: (61) 2029-6517 - E-mail: asc@antaq.gov.br

Data: 04/06/2025

GOV.BR – MINISTÉRIO PORTOS E AEROPORTOS - DF

AEROPORTO DE BARREIRAS RECEBERÁ R\$ 66 MILHÕES PARA AMPLIAÇÃO E MODERNIZAÇÃO

Autorização para o repasse foi feita nesta terça-feira (3) pelo Ministério de Portos e Aeroportos; obras vão fortalecer a conectividade regional



O projeto de modernização inclui a ampliação e reforma da pista de pouso e decolagem, a adequação da pista de taxiamento e a construção de um novo pátio de aeronaves. - Foto: Jonilton Lima/MPor

O Ministério de Portos e Aeroportos autorizou, nesta terça-feira (3), o início das obras de modernização do Aeroporto Dom Ricardo Weberberger, localizado no município de Barreiras (BA). A iniciativa integra o Plano Aéreo Nacional e contará com um investimento total de R\$ 66 milhões, sendo R\$ 44 milhões provenientes do

Fundo Nacional da Aviação Civil (FNAC) e R\$ 22 milhões repassados pelo Governo do Estado da Bahia.

Para o ministro Silvio Costa Filho o projeto tem importância estratégica para a aviação regional. “O investimento no Aeroporto de Barreiras é essencial para impulsionar o desenvolvimento da aviação no interior da Bahia, além de fortalecer a economia local e fomentar o turismo na região”, destacou o ministro.

O projeto de modernização inclui a ampliação e reforma da pista de pouso e decolagem, a adequação da pista de taxiamento e a construção de um novo pátio de aeronaves. O aeroporto também será equipado com novos sistemas de segurança e navegação aérea, elevando o padrão de infraestrutura e operação do terminal.

Aviação regional

O aeroporto, que hoje opera voos domésticos pela companhia Azul Linhas Aéreas, é considerado um ponto estratégico para o Oeste da Bahia. Com a modernização, o terminal estará apto a atender à

crecente demanda de passageiros e aeronaves de médio porte, com mais segurança, eficiência e potencial de expansão para novas rotas e operações comerciais.

Durante a cerimônia, a secretária Nacional de Aviação Civil Substituta, Thairyne Oliveira, destacou a importância da obra para o aeroporto. "Esse aeroporto é um projeto que está sendo gestado desde 2016 e, agora, com a modernização, marca um dia histórico para Barreiras. Com o empenho do governador Jerônimo Rodrigues, dos ministros Silvio Costa Filho e Rui Costa, e de toda a equipe, conseguimos tirar do papel um terminal que vai transformar a economia da região. Como diz o ministro Silvio: onde pousa um avião, decola a região", concluiu.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF
Data: 04/06/2025

AVISO DE PAUTA – VIAGEM À FRANÇA

Estão previstas reuniões bilaterais com empresários franceses e comunidade brasileira.

O ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, acompanha nesta semana, a partir de quarta-feira (4), o presidente Luiz Inácio Lula da Silva em viagem presidencial à França. Na agenda, além de compromissos oficiais da delegação brasileira com o governo do presidente da França, Emmanuel Macron, estão previstas reuniões bilaterais com empresários franceses e comunidade brasileira. A viagem do presidente Lula se encerra com a participação na 3ª Conferência das Nações Unidas sobre Oceanos (UNOC 3)

O ministro Silvio Costa Filho atenderá a imprensa durante missão internacional na França. A assessoria de comunicação de Costa Filho será realizada pela chefe da Ascom do MPor, Jéssica Prado, por meio do telefone: 61 98157-9169. O contato deverá ser feito exclusivamente pelo WhatsApp.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF
Data: 04/06/2025

PACTO DA SUSTENTABILIDADE DO MINISTÉRIO DE PORTOS E AEROPORTOS JÁ TEVE ADESÃO DE MAIS DE 30 EMPRESAS

Iniciativa busca estimular práticas de ESG nas empresas do setor, que receberão selos de reconhecimento durante a COP30



Iniciativa criada pelo Governo Federal estimula a adoção de medidas de ESG - Foto: Divulgação

Trinta e uma empresas já manifestaram, até essa segunda-feira (2), interesse em aderir ao Pacto da Sustentabilidade do Ministério de Portos e Aeroportos (MPor), iniciativa criada para estimular a adoção de medidas de ESG (práticas de governança ambiental, social e corporativa), por companhias que atuam no setor de infraestrutura e operação de portos, aeroportos e navegação. O prazo final para aderir ao Pacto se encerra na próxima quinta-feira (5), Dia Mundial do Meio Ambiente.

O MPor irá analisar as propostas apresentadas pelos participantes e conceder selos de comprometimento como forma de reconhecer empresas comprometidas com ESG. Os selos de sustentabilidade serão entregues em novembro, durante a COP 30 em Belém (PA), e estão divididos em quatro categorias, de acordo com o comprometimento da empresa: bronze, prata, ouro e diamante.



O Pacto faz parte da Política de Sustentabilidade do Ministério e tem como objetivo adotar medidas para a redução das emissões de gases de efeito estufa, a implementação de programas sociais e ambientais e o alinhamento às metas globais da Agenda 2030. A iniciativa também visa fortalecer a competitividade do Brasil no cenário internacional, promovendo o desenvolvimento sustentável e atraindo investimentos para os setores portuário, aeroportuário e hidroviário.

Lançado em janeiro deste ano, o Pacto exige das companhias estar em dia com uma série de obrigações, como não ter histórico de denúncias comprovadas de trabalho forçado ou infantil. De acordo com a diretora de Sustentabilidade da Secretaria Executiva do MPor, Larissa Amorim, o compromisso deve ser renovado anualmente, sob pena de revogação do selo. "A nossa meta é estimular a participação das empresas e reforçar a responsabilidade socioambiental em cada uma delas. O compromisso não é opcional. Anualmente será necessário comprovar o atendimento aos compromissos acordados. Caso não cumpra, o selo será revogado", explicou.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF

Data: 04/06/2025



GOV.BR – MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES - DF

GOVERNO FEDERAL RETOMA GESTÃO DA RODOVIA DO AÇO APÓS DESCUMPRIMENTO CONTRATUAL POR PARTE DA CONCESSIONÁRIA

DNIT assume a manutenção da BR-393/RJ enquanto novo projeto de concessão é elaborado

O Ministério dos Transportes reassumiu a administração dos 182,5 quilômetros da BR-393/RJ, conhecida como Rodovia do Aço, após anunciar a caducidade da concessão da empresa K-Infra, responsável pelo trecho que liga o estado de Minas Gerais ao Rio de Janeiro.

"Caducidade é o termo jurídico que designa a extinção forçada de um contrato de concessão por falhas graves da concessionária. É uma medida de alto impacto e caráter excepcional. Na prática, o Governo Federal retoma o controle da rodovia antes do término do prazo previsto", explica a secretária Nacional de Transporte Rodoviário, Viviane Esse.

O Decreto nº 12.479/2025, em que foi declarada a caducidade da concessão, tomou como base processo da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), que apontou o descumprimento de obrigações contratuais e legais por parte da empresa K-Infra. A medida foi publicada no Diário Oficial da União (DOU) desta segunda-feira (2).

Agora, o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) assumirá a manutenção e conservação da rodovia, até que um novo projeto de concessão — cujo estudo está em andamento pela Infra S.A. — seja realizado.

"A importância dessa decisão vai além da penalização de uma empresa específica. Ao declarar a caducidade, o governo está sinalizando ao mercado um compromisso com a qualidade da infraestrutura nacional e com o rigor na fiscalização e no cumprimento dos contratos de concessão", concluiu Viviane Esse.

A empresa K-Infra assumiu a gestão da Rodovia do Aço em 2008, com o compromisso de administrá-la por 25 anos. Entretanto, problemas estruturais, deficiências na manutenção e atrasos em obras previstas têm comprometido a segurança viária, a fluidez do tráfego e a qualidade do serviço prestado aos usuários nesse importante corredor logístico, que liga os municípios de Volta Redonda e Três Rios e serve como eixo de escoamento industrial e rota de mobilidade regional.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério dos Transportes - DF

Data: 04/06/2025

RODOVIAS DO FUTURO 2025: RENAN FILHO APRESENTA INICIATIVA PARA AMPLIAR INTERNET E SINAL NAS ESTRADAS FEDERAIS

Ministro dos Transportes vai anunciar a Política Nacional de Conectividade durante evento da ABCR em São Paulo

O ministro dos Transportes, Renan Filho, participa nesta quarta-feira (4), em São Paulo, do evento Rodovias do Futuro 2025, promovido pela Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias (ABCR). O encontro reúne empresários, autoridades e especialistas para discutir tecnologia, inovação e o futuro das concessões nas estradas.

Na cerimônia de abertura, Renan Filho fará o anúncio da Política Nacional de Conectividade em Rodovias Federais, uma iniciativa que visa ampliar o acesso à internet e a cobertura de sinal de celular nas estradas, tanto concedidas quanto sob gestão pública, com o objetivo dar mais segurança aos motoristas e fortalecer a infraestrutura logística nacional.

Também participam do evento o secretário-executivo do Ministério dos Transportes, George Santoro, o secretário Nacional de Trânsito da pasta, Adrualdo Catão, e o diretor-geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), Guilherme Théo Sampaio.

Cobertura de Imprensa

Profissionais interessados em cobrir o evento devem se credenciar pelo e-mail paula@taoassessoria.com.br

Serviço:

Rodovias do Futuro 2025

Data: Quarta-feira (4)

Horário: 9h

Local: WTC São Paulo – Golden Hall - Av. das Nações Unidas, 12.551 – Brooklin, São Paulo (SP)

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério dos Transportes - DF

Data: 04/06/2025

MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES INVESTE R\$ 120 MILHÕES NO ANEL RODOVIÁRIO DE BH E TRANSFERE A GESTÃO DA ESTRUTURA PARA O MUNICÍPIO

“Nós vivemos a construção de um novo momento, mais humano e definidor para os passos de progresso que Belo Horizonte vai dar no futuro.”, afirma Renan Filho



Assinatura do termo marca a municipalização do Anel Rodoviário Celso Mello Azevedo, em Belo Horizonte - Foto: Marcio Ferreira/MT

Uma das principais vias de Belo Horizonte, com fluxo diário de 100 mil veículos, o Anel Rodoviário Celso Mello Azevedo passa, a partir desta terça-feira (3), para as mãos da administração municipal.

A medida foi formalizada pelo ministro dos Transportes, Renan Filho, ao lado do prefeito de BH, Álvaro Damião.

“Estamos investindo R\$ 60 milhões em melhorias na pavimentação — com recuperação de 40% do asfalto —, sinalização e 100% de substituição de placas de trânsito. E vamos firmar um convênio com a Prefeitura de dois viadutos importantes — um deles aqui no cruzamento com a BR-040 - de



mais R\$ 60 milhões. Então são R\$ 120 milhões com origem do Governo Federal, à disposição da Prefeitura de Belo Horizonte”, afirmou Renan Filho.

O objetivo de transferir a gestão do Anel Rodoviário de BH do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) para a Prefeitura da capital mineira é aumentar a segurança viária e melhorar a mobilidade. “A transferência do Anel garante que a Prefeitura faça, no dia a dia, a operação mais adequada à realidade de cada trecho”, explicou o ministro dos Transportes.

Com 21,8 quilômetros de extensão, o Anel Rodoviário de Belo Horizonte abrange segmentos das rodovias BR-381/MG e BR-040/MG. A transferência está em sintonia com a construção do Rodoanel Metropolitano, projeto que tem como objetivo retirar o tráfego pesado e de longa distância do perímetro urbano.

Minas avança

“Minas ficou muito tempo aguardando investimentos. Agora, estamos atuando não só no Anel, mas em praticamente todas as regiões do estado”, afirmou Renan Filho. “O governo anterior, em 2022, aplicou somente R\$260 milhões em todo o estado mineiro. O presidente Lula, em 2023, aplicou R\$500 milhões. No ano passado, aplicou R\$710 milhões de reais. E esse ano R\$ 900 milhões serão aplicados em Minas Gerais. Esse volume de recursos é necessário, porque o estado é um dos motores do desenvolvimento nacional”, destacou.

A agenda de Renan Filho em Minas Gerais teve início na segunda-feira (2), em Governador Valadares, quando anunciou um pacote de investimentos de R\$ 310 milhões para obras importantes na travessia urbana da cidade. Um dos destaques é a duplicação da ponte sobre o Rio Doce, demanda antiga da população local.

O ministro dos Transportes também fez um balanço das obras realizadas nos últimos 100 dias na BR-381/MG, que incluem requalificação do pavimento, sinalização reforçada, monitoramento com câmeras e painéis digitais, além de atendimento médico e mecânico ampliado, entre outras ações.

“Nós vivemos a construção de um novo momento, mais humano e definidor para os passos de progresso que Belo Horizonte vai dar no futuro.”, concluiu Renan Filho.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério dos Transportes - DF

Data: 03/06/2025



BE NEWS – BRASIL EXPORT

EDITORIAL – A RETOMADA DA RODOVIA DO AÇO

DA REDAÇÃO redacao@portalbenews.com.br

A Rodovia do Aço, trecho crucial da BR-393/RJ que conecta Minas Gerais ao Rio de Janeiro, vê-se agora sob nova administração. A decisão do Ministério dos Transportes de declarar a caducidade da concessão da K-Infra representa um movimento de peso, sublinhando a seriedade do Governo Federal em assegurar a qualidade da infraestrutura rodoviária nacional. A retomada do controle da via antes do prazo contratual, fundamentada no descumprimento de obrigações pela concessionária, estabelece um precedente importante para o mercado.

A secretária nacional de Transporte Rodoviário, Viviane Esse, esclarece que a caducidade é uma medida de alto impacto, evidenciando falhas graves por parte da concessionária. A formalização da decisão via decreto, baseada em processo conduzido pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), corrobora a análise técnica que apontou problemas estruturais, falhas na manutenção e atrasos em obras. Tais deficiências comprometeram a segurança e a fluidez do tráfego em um corredor logístico vital para o escoamento industrial e a mobilidade regional.



Com a retomada, o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) assume a responsabilidade pela manutenção e conservação da rodovia. Simultaneamente, a Infra S.A. incumbir-se-á da elaboração de estudos para um novo projeto de concessão. Esta divisão de tarefas busca assegurar que a rodovia receba os cuidados necessários no curto prazo, enquanto se prepara para um futuro modelo de gestão.

A importância desta decisão transcende a penalização de uma única empresa. Ao declarar a caducidade, o Governo Federal envia um sinal inequívoco ao mercado sobre seu compromisso com a qualidade da infraestrutura e com o rigor na fiscalização dos contratos de concessão. Em outras palavras, espera-se que a medida incentive um maior zelo por parte de futuras concessionárias.

A Rodovia do Aço é de suma importância. Portanto, é crucial que o Governo Federal atue com celeridade e eficiência na manutenção e conservação da BR-393/RJ, minimizando os transtornos para os usuários e o setor produtivo. Paralelamente, o processo para uma nova concessão deve ser conduzido com transparência e critérios rigorosos, buscando atrair parceiros que demonstrem capacidade técnica e financeira para gerir a via de forma exemplar. O sucesso desta transição servirá como um termômetro da capacidade do Estado em garantir infraestrutura de qualidade para o desenvolvimento do país.

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**
Data: 04/06/2025

NACIONAL - HUB – CURTAS - GOVERNO QUER GARANTIR QUE REDUÇÃO DA GASOLINA CHEGUE AO CONSUMIDOR

Por **LEOPOLDO FIGUEIREDO E COLABORADORES** leopoldo.figueiredo@portalbenews.com.br

NA BOMBA

O ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, quer garantir que a redução no preço da gasolina, de 5,6%, anunciada pela Petrobras, chegue efetivamente aos consumidores. Para isso, ele cobrou que a Agência Nacional do Petróleo (ANP), o Instituto Nacional de Metrologia (Inmetro), a Secretaria Nacional do Consumidor e até a Receita Federal, para que fiscalizem o preço do combustível diretamente nas bombas dos postos. O pleito consta de ofícios enviados pelo ministro à direção dos órgãos nessa terça-feira, dia 3.

REDUÇÃO PERDIDA

O temor de Silveira é que a diminuição no valor adotada pela Petrobras seja absorvida pelas distribuidoras. “Uma redução de preço em uma etapa da cadeia de suprimento pode não ser transmitida de forma igual nos elos seguintes da cadeia do abastecimento”, explicou. E completou: “Entende-se que ações de acompanhamento dos agentes e de monitoramento dos preços podem contribuir para que a sociedade perceba, de fato, esse reajuste, tanto em magnitude quanto em velocidade”.

AUMENTANDO A RECEITA

Também nessa terça-feira, dia 3, Alexandre Silveira se reuniu com diretores da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) e da Pré-Sal Petróleo (PPSA) na sede do ministério, em Brasília. Em pauta, estratégias para ampliar a arrecadação federal a partir de recursos vindos do segmento de petróleo e gás. Segundo o ministro, a ideia é que esse mercado garanta mais R\$ 20 bilhões neste ano e mais R\$ 15 bilhões em 2026 “para ajudar o Brasil a retomar investimentos e impulsionar o desenvolvimento nacional”.

PEDIDO PRESIDENCIAL

A ideia de aumentar a arrecadação a partir de ações envolvendo o setor de petróleo e gás partiu do próprio presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que a apresentou para Silveira em um encontro na última segunda-feira, no Palácio do Planalto.

ESTRATÉGIAS

A partir da reunião com dirigentes da ANP e da PPSA, Silveira determinou a realização de novos leilões, alterações em normas e mudanças nos modelos de comercialização do petróleo de propriedade da União.

OBRAS GARANTIDAS

Os cortes no orçamento da União não vão prejudicar as obras da BR-381 e do Anel Rodoviário de Belo Horizonte (MG), garantiu o ministro dos Transportes, Renan Filho, nessa terça-feira, em evento na prefeitura da capital mineira. “Chance zero de frear o andamento da obra. Mas passar ileso, ninguém passa. Nós tivemos o menor corte da Esplanada. O governo priorizou cortar em outras áreas. Significa que não vamos ter dificuldades? Não! Mas obras como a BR-381 e o Anel vão andar”, declarou.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 04/06/2025

REGIÃO SUDESTE - ANEL RODOVIÁRIO DE BELO HORIZONTE PASSA PARA A GESTÃO MUNICIPAL

Prefeitura assume administração da via com apoio de investimentos federais; obras visam segurança e mobilidade urbana

Da Redação redacao.jornal@redebeneews.com.br



A formalização da cessão do Anel Rodoviário Celso Mello Azevedo foi feita pelo ministro dos Transportes, Renan Filho, em ato ao lado do prefeito de Belo Horizonte, Álvaro Damião. Foto: Márcio Ferreira/MT

O Anel Rodoviário Celso Mello Azevedo, uma das principais vias de Belo Horizonte, com fluxo diário estimado em 100 mil veículos, passou a ser administrado pela Prefeitura da capital mineira a partir de terça-feira (3).

A formalização foi feita pelo ministro dos Transportes, Renan Filho, em ato ao lado do prefeito de Belo Horizonte, Álvaro Damião (União Brasil).

“Estamos investindo R\$ 60 milhões em melhorias na pavimentação — com recuperação de 40% do asfalto —, sinalização e 100% de substituição de placas de trânsito. E vamos firmar um convênio com a Prefeitura de dois viadutos importantes — um deles aqui no cruzamento com a BR-040 — de mais R\$ 60 milhões. Então são R\$ 120 milhões com origem do Governo Federal, à disposição da Prefeitura de Belo Horizonte”, afirmou o ministro.

A mudança de gestão, que transfere a responsabilidade do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) para o município, tem como objetivo aumentar a segurança viária e melhorar a mobilidade urbana. “A transferência do Anel garante que a Prefeitura faça, no dia a dia, a operação mais adequada à realidade de cada trecho”, explicou Renan Filho.

Com 21,8 quilômetros de extensão, o Anel Rodoviário integra trechos das rodovias BR-381/MG e BR-040/MG. A transferência ocorre em paralelo à construção do Rodoanel Metropolitano, obra destinada a retirar o tráfego pesado e de longa distância do perímetro urbano de Belo Horizonte.

Investimentos em Minas

“Minas ficou muito tempo aguardando investimentos. Agora, estamos atuando não só no Anel, mas em praticamente todas as regiões do estado”, afirmou Renan Filho. “O governo anterior, em 2022, aplicou somente R\$ 260 milhões em todo o estado mineiro. O presidente Lula, em 2023, aplicou R\$



500 milhões. No ano passado, aplicou R\$ 710 milhões de reais. E esse ano R\$ 900 milhões serão aplicados em Minas Gerais. Esse volume de recursos é necessário, porque o estado é um dos motores do desenvolvimento nacional”, detalhou.

A agenda do ministro no estado começou na segunda-feira (2), em Governador Valadares, onde anunciou um pacote de investimentos de R\$ 310 milhões para obras na travessia urbana do município. Entre os destaques, está a duplicação da ponte sobre o Rio Doce, uma demanda antiga da população local.

Renan Filho também fez um balanço das intervenções realizadas nos últimos 100 dias na BR-381/MG, que incluem requalificação do pavimento, reforço na sinalização, monitoramento com câmeras e painéis digitais, além de ampliação do atendimento médico e mecânico.

“Nós vivemos a construção de um novo momento, mais humano e definidor para os passos de progresso que Belo Horizonte vai dar no futuro.”, concluiu o ministro.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 04/06/2025

NACIONAL - GOVERNO REASSUME RODOVIA DO AÇO APÓS CADUCIDADE DA CONCESSÃO DA K-INFRA

Decisão foi motivada por falhas contratuais e problemas na prestação do serviço; Dnit passa a administrar a BR-393

Da Redação redacao.jornal@redebenews.com.br

O Ministério dos Transportes reassumiu a administração dos 182,5 quilômetros da BR-393/ RJ, conhecida como Rodovia do Aço, após declarar a caducidade da concessão da empresa Kinfra, responsável pelo trecho que conecta Minas Gerais ao Rio de Janeiro.

“Caducidade é o termo jurídico que designa a extinção forçada de um contrato de com cessão por falhas graves da concessionária. É uma medida de alto impacto e caráter excepcional. Na prática, o Governo Federal retoma o controle da rodovia antes do término do prazo previsto”, explica a secretária Nacional de Transporte Rodoviário, Viviane Esse.

A decisão foi formalizada por meio do Decreto nº 12.479/ 2025, publicado no Diário Oficial da União na segunda-feira (2). O ato se baseou em processo conduzido pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), que apontou descumprimento de obrigações contratuais e legais por parte da K-Infra.

Com a medida, o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) passará a ser responsável pela manutenção e conservação da rodovia, enquanto a Infra S.A. elabora estudos para um novo projeto de concessão.

“A importância dessa decisão vai além da penalização de uma empresa específica. Ao declarar a caducidade, o governo está sinalizando ao mercado um compromisso com a qualidade da infraestrutura nacional e com o rigor na fiscalização e no cumprimento dos contratos de concessão”, concluiu Viviane Esse.

A K-Infra assumiu a gestão da Rodovia do Aço em 2008, com a obrigação de administrá-la por 25 anos. Entretanto, problemas estruturais, falhas na manutenção e atrasos em obras comprometeram a segurança viária, a fluidez do tráfego e a qualidade do serviço prestado aos usuários nesse corredor logístico, que liga Volta Redonda a Três Rios e é fundamental para o escoamento industrial e a mobilidade regional.

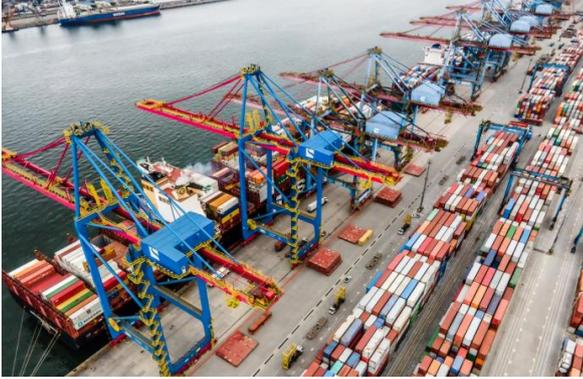
Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 04/06/2025

NACIONAL - SANTOS BRASIL OFERECE VAGAS EM PROGRAMA DE ESTÁGIO COM INSCRIÇÕES ATÉ JULHO

Processo seletivo da companhia abrange unidades em São Paulo e Barcarena, com bolsa-auxílio, benefícios e programa de desenvolvimento

Da Redação redacao.jornal@redebeneews.com.br



O Programa de Estágio da Santos Brasil é uma das principais formas de ingresso na companhia, certificada pelo GPTW como uma das melhores empresas para se trabalhar

A Santos Brasil está com inscrições abertas até 2 de julho para o Programa de Estágio 2025. São 13 vagas distribuídas nas unidades da Companhia em São Paulo (capital e Baixada Santista) e no Pará (Barcarena). A empresa oferece bolsa-auxílio, benefícios e a oportunidade de aprendizado e crescimento em uma das maiores e mais eficientes

operadoras portuárias da América Latina.

Podem se candidatar estudantes a partir do segundo ano de graduação (bacharelado) ou do segundo semestre de tecnólogo de cursos variados, como Administração de Empresas, Análise de Sistemas, Cibersegurança, Ciência da Computação, Comércio Exterior, Engenharias, Economia, Gestão Portuária, Logística, Tecnologia da Informação, entre outros.

As vagas são para os modelos presencial e híbrido, dependendo da função:

- 1 para Planejamento Financeiro no escritório de São Paulo;
- 1 para Infraestrutura de Tecnologia – Torres Especiais no Tecon Santos;
- 1 para TI Automação no Tecon Santos;
- 3 para Desenvolvimento de Sistemas no Tecon Santos;
- 1 para Suporte e Produção TI no Clia Santos;
- 1 para Excelência de Gestão no Tecon Santos;
- 1 para Pricing no escritório de São Paulo;
- 2 para Operações no Tecon Vila do Conde, em Barcarena;
- 1 para Facilities no Tecon Vila do Conde;
- 1 para Suprimentos no Tecon Vila do Conde.

Os selecionados receberão bolsa-auxílio de R\$ 1.500,00 no primeiro ano de estágio e de R\$ 1.650,00 no segundo ano de estágio ou último ano da faculdade.

Os benefícios incluem assistência médica, seguro de vida, vale-transporte, refeição no local (modelo presencial) ou vale-alimentação (home office), vale-refeição (escritório de SP, sem refeitório, e modelo híbrido), TotalPass, formação Yellow Belt Six Sigma, Zenklub, programa estruturado de desenvolvimento e acesso à plataforma interna Carreira em Foco, com mais de 100 cursos online gratuitos disponíveis.

As inscrições devem ser feitas pela plataforma Across (<https://santosbrasil.across.jobs/>), onde também estão todos os requisitos para concorrer às vagas e informações gerais do processo seletivo.

Novos talentos

O Programa de Estágio da Santos Brasil é uma das principais portas de entrada na Companhia, que é certificada pelo Great Place to Work (GPTW), pelo sétimo ano consecutivo, como uma das melhores empresas para se trabalhar.

Para Milena Giglioti, gerente executiva de Gestão de Pessoas e Diversidade, o objetivo é propiciar a evolução profissional de cada pessoa. “Somos o maior complexo portuário da América do Sul, com uma infraestrutura portuária e logística robusta, que opera para todos os lugares do mundo. Temos um compromisso com a sociedade e estamos em busca de novos talentos que queiram evoluir e crescer com a gente”, afirma.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 04/06/2025

NACIONAL - PRESIDENTE DO TCU SE REÚNE COM CEO DO GRUPO BRASIL EXPORT

Encontro ocorreu na terça-feira (3), em Brasília

Da Redação redacao.jornal@redebnews.com.br



Presidente do TCU, ministro Vital do Rego, foi convidado a participar da missão internacional do Brasil Export, na França, no mês de setembro. Foto: Divulgação

O presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), Vital do Rêgo, recebeu o CEO do Grupo Brasil Export, Fabrício Julião, e o presidente do Conselho do Nordeste Export, Aluísio Sobreira, em seu gabinete, em Brasília, nessa terça-feira. Na pauta, a participação da autoridade no fórum regional Nordeste Export, a ser realizado em Teresina (PI), entre os dias 31 de julho e 1 de agosto, e na missão internacional que o grupo irá promover neste ano, tendo como destino a França – e que ocorrerá entre 7 e 11 de setembro.

Atualmente, o TCU analisa a polêmica proposta de concessão do Tecon Santos 10, o megaterminal de contêineres e carga geral a ser construído no Porto de Santos (SP). A Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) propôs que o leilão da instalação ocorre em duas fases, com a primeira delas sem a participação de empresas que já atuam no setor de contêineres do complexo santista – elas só participariam da segunda fase, que seria realizada se a primeira não tiver interessados. A medida é criticada por lideranças empresariais, que defendem uma participação sem restrições do mercado.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 04/06/2025

NACIONAL - MARCIO GUIOT ASSUME DIRETORIA DA JBS TERMINAIS EM ITAJAÍ

Ex-presidente do Complexo de Suape e reforça time da companhia, que investe na expansão das operações no porto catarinense

Por VANESSA PIMENTEL vanessa.pimentel@redebnews.com.br



Ex-presidente de Suape e com cargos de liderança em outros portos, Marcio Guiot é o novo diretor de Desenvolvimento de Novos Negócios da JBS Terminals, que atua em Itajaí

O executivo Marcio Guiot é o novo diretor de Desenvolvimento de Novos Negócios da JBS Terminals, que opera no Porto de Itajaí, em Santa Catarina. Antes, ele estava com presidente do Complexo de Suape (PE), cadeira que ocupou de

fevereiro de 2023 a abril deste ano.

A JBS assumiu a operação do complexo catarinense em outubro do ano passado e, desde então, investiu R\$ 130 milhões no avo, consolidando-se como uma das principais companhias logísticas do Sul do país e com planos de ampliação para as operações portuárias.

Guiot tem larga experiência no setor. Ele é formado em Ciências Náuticas pela Academia da Marinha Mercante do Rio de Janeiro e acumula passagens em cargos de liderança por várias companhias do segmento, além de ter atuado como consultor em diversos projetos. Foi diretor da Brasil Terminal Portuário e Libra Terminais, ambas no Porto de Santos (SP), e do Porto Itapoá (SC). Também foi superintendente da Ceará Terminal Operator (CTO), no Complexo de Pecém, em São Gonçalo do Amarante (CE).

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 04/06/2025

REGIÃO SUDESTE - VTMIS: APS E MARINHA FIRMAM ACORDO PARA MONITORAMENTO AVANÇADO NO PORTO DE SANTOS

Sistema de informações e gerenciamento do tráfego marítimo será instalado em quatro pontos estratégicos, com apoio logístico na Ilha da Moela

Por **CÁSSIO LYRA** cassio.lyra@redebenews.com.br e **PAULO JOSÉ RIBEIRO** paulo.ribeiro@redebenews.com.br



O acordo encerra um impasse de dez anos, em que gestões anteriores da APS não conseguiram dar prosseguimento à contratação do sistema devido à falta de documentos

A Autoridade Portuária de Santos (APS) e a Marinha do Brasil (MB) firmaram na terça-feira (3) um acordo de cooperação técnica que representa um passo importante para a implantação do VTMIS — Sistema de Gerenciamento e Informações do Tráfego de Embarcações —, no Porto de Santos (SP). Com a parceria, a APS realizará obras para a instalação de equipamentos do sistema na Ilha da Moela, no Guarujá, área pertencente à Marinha.

A assinatura do acordo ocorreu na Ponte de Inspeção Naval, em Santos. Assinaram o documento o presidente da APS, Anderson Pomini; o vice-almirante Marco Antônio Ismael Trovão de Oliveira, comandante do 8º Distrito Naval; o capitão de Mar e Guerra Marcus André de Souza e Silva, capitão dos Portos de São Paulo; e o diretor de operações da APS, Beto Mendes.

Com o acordo, a APS realizará obras de infraestrutura e instalará equipamentos e sensores do VTMIS na Ilha da Moela, incluindo a construção de uma torre, instalação de radar marítimo, equipamentos meteorológicos, câmeras eletro-ópticas, entre outros.

A expectativa é que o edital seja publicado ainda neste mês de junho, com o início das obras previsto para até janeiro do próximo ano.

Em contra-partida, a Marinha terá acesso às informações e dados gerados pelo VTMIS, com o objetivo de aprimorar a segurança da navegação e a gestão do tráfego aquaviário, especialmente nas áreas de fundeadouro e aproximação do Porto Organizado.

“Com o VTMIS, vamos aumentar ainda mais essa segurança, onde faremos todo o controle dos navios que estarão entrando no porto e também fundeados. A Marinha, além de promover maior segurança do tráfego, contribui ainda mais com a prevenção da poluição hídrica e a segurança pela vida humana no mar”, afirmou o vice-almirante Trovão.

O acordo encerra um impasse de dez anos, em que gestões anteriores da Autoridade Portuária de Santos não conseguiram dar prosseguimento à contratação do sistema devido à falta de documentos para sua instalação.

“O edital para contratação do sistema, que já vem sendo estudado há dez anos, vai ser publicado agora em junho. Esse edital já foi publicado no passado, mas, em razão das licenças para instalação das antenas — e esse acordo põe fim à discussão que inviabilizou o avanço da contratação — o Tribunal de Contas da União (TCU) suspendeu o processo porque o porto não apresentou as devidas autorizações, que agora temos e que deverão acompanhar o edital, em especial desta ilha cuja gestão é da Marinha”, explicou Pomini.

Segundo o presidente da APS, a instalação de equipamentos, infraestrutura e todos os aparatos necessários para o VTMS será concentrada em quatro locais: Ilha da Moela, Morro do Tejereba (Guarujá), topo da Serra do Mar e Ilha Barnabé (Santos), com uma sala especializada na sede da Autoridade Portuária para receber as informações em tempo real.

Após a conclusão das obras, a Autoridade Portuária e demais órgãos de controle que atuam no porto terão 100% de monitoramento do espaço marítimo.

“A implementação desse sistema para o porto busca eficiência e agilidade para a manobra dos navios. Para a autoridade marítima, busca segurança da navegação para todas as embarcações. O projeto prevê a implementação de uma sala na sede do Porto de Santos para compartilhamento de informações entre representantes de todas as instituições que nele atuam, buscando eficiência, segurança e todas as informações possíveis. Com o VTMS, a gente consegue traçar estratégias de forma organizada e unificada”, comentou o presidente da APS.

A Autoridade Portuária de Santos afirmou que os investimentos previstos no local atendem a todas as exigências estabelecidas pelos órgãos de controle, principalmente patrimoniais e ambientais. A base do VTMS na Ilha da Moela, bem como todas as dependências, será alimentada por energia solar foto voltaica.

Ilha da Moela

A Ilha da Moela, que recebeu esse nome por sua semelhança com uma moela de frango, abriga o Farol da Ilha da Moela, inaugurado em 1830. Atualmente, está sob administração da Marinha e conta com equipes da Capitania dos Portos de São Paulo (CPSP), que se revezam a cada 80 dias para monitorar o espaço.



A Ilha da Moela atualmente conta com equipes da Capitania dos Portos de São Paulo (CPSP), que se revezam a cada 80 dias para monitorar o espaço

Na parceria, a APS estuda construir um píer para facilitar o embarque e desembarque na ilha, quando toda a infraestrutura estiver em pleno funcionamento. Existe a possibilidade de que, caso haja essa demanda, mais oficiais da Marinha passem a residir no local.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 04/06/2025

INTERNACIONAL - EUA DOBRAM TARIFAS SOBRE AÇO E ALUMÍNIO; BRASIL ENTRE OS AFETADOS

Presidente Donald Trump eleva taxas para 50% e mira segurança nacional; Reino Unido é o único poupado após acordo

Da Redação redacao.jornal@redenenews.com.br



O decreto de Trump confirma o endurecimento da política comercial dos EUA, que desde abril vem utilizando as tarifas como instrumento de pressão nas negociações bilaterais

O presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, assinou na terça-feira (3) um decreto que dobra as tarifas de importação sobre aço, alumínio e seus derivados, elevando as taxas de 25% para 50%. A medida entra em vigor já nesta quarta-feira (4).

Segundo o governo norte-americano, o objetivo da decisão é reforçar a segurança nacional e proteger a indústria siderúrgica do país. O Reino Unido, que recentemente fechou um acordo comercial com os Estados Unidos, será a única exceção: continuará com a tarifa de 25%.

Trump já havia sinalizado a decisão na sexta-feira (30), em publicação na Truth Social: “É uma grande honra para mim aumentar as tarifas sobre aço e alumínio de 25% para 50%, a partir de quarta-feira. Nossas indústrias de aço e alumínio estão se recuperando como nunca. Esta será mais uma GRANDE notícia para nossos maravilhosos trabalhadores do setor. **FAÇAM A AMÉRICA GRANDE NOVAMENTE!**”.

O novo decreto confirma o endurecimento da política comercial norte-americana, que desde abril vem utilizando as tarifas como instrumento de pressão nas negociações bilaterais. As cobranças, que haviam sido parcialmente suspensas, devem ser retomadas integralmente em 8 de julho.

Os efeitos das medidas são imediatos, afetando importações que superam US\$ 100 bilhões anuais e atingindo diretamente grandes parceiros comerciais dos Estados Unidos, como Canadá, México e Brasil — este último, segundo maior fornecedor de aço ao mercado norte-americano.

Especialistas apontam que uma das principais consequências das tarifas será a redução das exportações para os EUA. Além disso, o setor siderúrgico global deve enfrentar novos desafios, como a necessidade de redirecionar vendas para outros mercados ou, no longo prazo, reduzir a produção.

Para as empresas com fábricas no Brasil, os impactos variam. As companhias mais voltadas ao mercado externo tendem a ser as mais prejudicadas, enquanto aquelas com foco no mercado interno podem enfrentar o risco de aumento na oferta doméstica, o que pressionaria os preços e reduziria as margens de lucro.

Além das tarifas, Trump também mantém o foco em seu projeto orçamentário, apelidado por ele de one big beautiful bill (um grande e belo projeto de lei). Em meio às discussões, a porta-voz da Casa Branca, Karoline Leavitt, criticou os republicanos que se opõem à proposta: “Estamos confiantes de que o projeto trará uma economia de US\$ 1,6 trilhão. O Escritório de Orçamento do Congresso (CBO) tem estado historicamente errado em relação aos impactos econômicos”, afirmou em coletiva de imprensa.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 04/06/2025

C O N E X Ã O – NORDESTE - JOÃO CAMPOS, UMA LIDERANÇA QUE JÁ É NACIONAL

Da Redação redacao.jornal@redebeneews.com.br



No último fim de semana, o Brasil assistiu a um movimento simbólico e estratégico: João Campos, prefeito do Recife (PE), foi escolhido como novo presidente nacional do PSB. A decisão não apenas marca um novo capítulo na trajetória do pardo, como também consolida João como uma das principais lideranças políticas da nova geração em âmbito nacional.

Aos 31 anos, João Campos já acumula uma série de conquistas políticas e administrativas que o credenciam para esse novo papel. Sua reeleição em 2024 foi com 77,48% dos votos válidos, o que é um reflexo direto da aprovação da sua gestão à frente da capital pernambucana, baseada em planejamento, inovação e resultados concretos. Mas agora, seu desafio vai além dos limites do Recife.

Assumir a presidência nacional do PSB representa não só o reconhecimento interno de sua capacidade de articulação e visão política, mas também uma clara aposta do pardo em se renovar, se aproximar das novas pautas sociais e fortalecer sua identidade num cenário político em transformação. João assume com o compromisso de reposicionar o PSB como uma legenda protagonista na construção de uma frente democrática, moderna e comprometida com justiça social e desenvolvimento sustentável.

Não se trata de um movimento isolado, mas de uma missão construída com responsabilidade. João Campos carrega consigo o legado do ex-governador Eduardo Campos, seu pai, falecido em 2014, mas trilha seu próprio caminho com maturidade, diálogo e pragmatismo. Ao aceitar a missão de liderar o PSB nacionalmente, ele sinaliza sua disposição de contribuir com o debate nacional — não apenas sobre os rumos do pardo, mas sobre o futuro do País.

A liderança de João Campos representa o Nordeste que pensa grande, que articula, que propõe. Um Nordeste que tem voz própria e que, cada vez mais, ocupa o centro das decisões nacionais. A nova missão de João no PSB é, antes de tudo, um convite ao Brasil para olhar para o futuro com esperança e responsabilidade.

Agora, com o Recife como vitrine de gestão eficiente e com a estrutura do PSB sob sua condução, João Campos se firma como um nome nacional — e, mais do que isso, como uma referência da política que dialoga, inova e transforma

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 04/06/2025

C O N E X Ã O – NORDESTE - RN FORTALECE LAÇOS COM A DINAMARCA EM MISSÃO VOLTADA À ENERGIA EÓLICA OFFSHORE

Da Redação redacao.jornal@redebeneews.com.br



Por meio de uma missão oficial à Dinamarca, o Governo do Rio Grande do Norte dá mais um passo estratégico rumo à consolidação do estado como referência em energia eólica offshore e infraestrutura portuária sustentável. Nessa terça-feira, dia 3, representantes potiguares realizaram uma visita técnica à fábrica da Vestas, no polo industrial do Porto de Odense — uma das maiores e mais inovadoras fabricantes de turbinas eólicas do mundo.

A unidade dinamarquesa, que emprega mais de 400 profissionais, foi recentemente adaptada para produzir a

turbina V236-15MW, uma das mais potentes do setor. Durante a visita, o secretário-adjunto de Desenvolvimento Econômico do estado, Hugo Fonseca, pôde acompanhar de perto o processo de fabricação, conhecer as tecnologias envolvidas e as práticas industriais adotadas pela empresa, considerada uma líder global em soluções para energia renovável.

A partir desta quarta-feira, dia 4, a governadora Fátima Bezerra se une à comitiva, reforçando o compromisso do Rio Grande do Norte com a transição energética e com parcerias internacionais voltadas ao desenvolvimento sustentável. A missão tem como foco principal o projeto Porto-Indústria Verde, iniciava estadual que busca estruturar uma cadeia produtiva voltada à energia eólica offshore, atrair investimentos sustentáveis e fortalecer a infraestrutura portuária do estado.

A relação entre o RN e a Vestas não é nova. Em dezembro de 2022, o governo estadual assinou um memorando de entendimento com a empresa para a ampliação de seu centro de serviços em Parnamirim. Hoje, a unidade já está em pleno funcionamento e é a maior da América Latina na distribuição de peças e serviços para turbinas eólicas. Empregando cerca de 600 profissionais, o complexo atua também como centro de formação técnica para equipes brasileiras e latino-americanas.

O centro abriga o maior estoque de peças e componentes da Vestas no Brasil, funcionando como um importante hub logístico para as operações da empresa em todo o País. Além disso, fortalece o papel do Porto de Natal na logística de importação de componentes menores usados na manutenção de turbinas. Já as peças de maior porte são produzidas em outros estados, como o Ceará, ou chegam por diferentes rotas.

Com iniciavas como essa, o Rio Grande do Norte segue na vanguarda da energia limpa no Brasil, apostando na inovação, na cooperação internacional e na sustentabilidade como pilares do seu futuro econômico.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 04/06/2025

C O N E X Ã O – NORDESTE - GOVERNO DO CEARÁ INVESSU R\$ 170,8 MILHÕES NA REGIÃO DO LITORAL NORTE

Da Redação redacao.jornal@redebeneews.com.br



feira, dia 3, durante a realização da Caravana Ceará Um Só no município de Acaraú.

O Governo do Ceará investiu R\$ 170,8 milhões na região do Litoral Norte do estado entre 2023 e 2024. A maior parte desses recursos foi destinada a obras de infraestrutura e mobilidade (R\$ 87,8 milhões). Em seguida, destacam-se os investimentos em educação básica (R\$ 28,8 milhões) e saúde (R\$ 14,6 milhões). Os números foram apresentados pelo titular da Secretaria do Planejamento e Gestão do Ceará (Seplag-CE), Alexandre Cialdini, nessa terça-

feira, dia 3, durante a realização da Caravana Ceará Um Só no município de Acaraú. Durante o evento, que reuniu técnicos, prefeitos e gestores dos municípios da região na Escola Estadual de Educação Profissional Marta Giffoni, o secretário Alexandre Cialdini destacou as principais entregas governamentais em áreas como assistência social; acesso à terra e à moradia; segurança alimentar e nutricional e combate à fome; inclusão social e direitos humanos; saneamento básico e recursos hídricos; agricultura familiar, agronegócio, pesca e aquicultura; infraestrutura e desenvolvimento urbano; trabalho e empreendedorismo; cultura e arte; educação básica; educação profissional; esporte; ciência, tecnologia e inovação; saúde; e segurança pública e justiça.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 04/06/2025



JORNAL O GLOBO – RJ

BRASIL QUER COTA LIVRE DE SOBRETAXA APÓS EUA AUMENTAREM PARA 50% TARIFA SOBRE O AÇO

Interlocutores do governo brasileiro afirmam que negociações bilaterais seguem em andamento mesmo com mudança anunciada por Trump

Por Eliane Oliveira — Brasília



Indústria do aço no Brasil — Foto: Instituto Aço Brasil / Divulgação

Após os Estados Unidos aumentarem para 50% a tarifa sobre as importações de aço, alumínio e derivados, o que afeta o Brasil, interlocutores do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmaram que buscam um acordo que permita a criação de uma cota de exportação de siderúrgicos embarcados para os EUA sem a sobretaxa.

Desde março deste ano, estava em vigor uma sobretaxa de 25% sobre o aço e o alumínio importados pelos EUA de todo o mundo. Um dos

países mais afetados pela medida, por ser um importante fornecedor para as indústrias americanas, o Brasil iniciou uma negociação técnica com os EUA. Várias reuniões já ocorreram, mas ainda não houve anúncios concretos.

Ao anunciar que aumentaria o percentual de 25% para 50%, o governo dos EUA abriu uma exceção ao Reino Unido, que permanecerá com a alíquota anterior de 25%. O motivo é que os britânicos foram os primeiros a chegar a um entendimento com a Casa Branca.

Negociadores brasileiros tentam um acordo com os americanos. Entre os argumentos, um deles é que a medida vai prejudicar as indústrias daquele país.

O setor siderúrgico brasileiro defende o restabelecimento de um acordo firmado em 2018, durante o primeiro mandato de Trump, quando as tarifas de importação subiram para 25%.

Naquele ano, os governos do Brasil e dos EUA negociaram a instituição de cotas de exportação para o mercado americano de 3,5 milhões de toneladas de semiacabados e placas e de 687 mil toneladas de laminados. Acima disso, haveria a cobrança da taxa.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 04/06/2025

BC VAI PUBLICAR REGRA PARA EVITAR FRAUDES NO PIX AUTOMÁTICO COM EMPRESAS FALSAS

Medida exigirá que empresas tenham CNPJ ativo há pelo menos seis meses e nome idêntico ao da Receita Federal; consumidor será notificado antes de cada cobrança e poderá cancelar até a véspera

Por Juliana Causin — São Paulo



Boletos poderão ser pagos via PIX a partir desta segunda — Foto: Reprodução / Banco Central do Brasil

O Banco Central vai publicar nesta quinta-feira uma resolução com regras específicas para a adesão de empresas ao Pix Automático, modalidade que permitirá pagamentos recorrentes com apenas uma autorização do cliente. Entre as exigências para adotar o recurso, estão a obrigatoriedade de que a empresa tenha CNPJ ativo há pelo menos seis

meses e que o nome informado na cobrança seja idêntico ao registrado na Receita Federal.

O objetivo das regras é evitar fraudes, como tentativas de empresas falsas simularem nomes semelhantes aos de marcas conhecidas para enganar consumidores. Segundo Renato Gomes, diretor de Organização do Sistema Financeiro e de Resolução do BC, caberá também ao provedor de serviços de pagamento verificar a idoneidade da empresa antes de habilitá-la para usar o Pix Automático.

— Imagine um fraudador que escreva 'Light' de um jeito diferente e faça uma demanda de Pix automático. O consumidor poderia concordar com ela e pagaria o fraudador todo o mês. Nossa equação previne exatamente esse tipo de problema — afirmou Gomes, em coletiva de imprensa nesta quarta-feira, em São Paulo.

Segundo o BC, tanto o nome fantasia quanto a razão social da empresa serão exibidos ao consumidor no momento da autorização do Pix Automático, o que é feito uma única vez. O nome da empresa também constará nas notificações padronizadas que o usuário receberá entre 10 e 2 dias antes do débito.

Embora todas as instituições financeiras que operam o Pix sejam obrigadas a oferecer a funcionalidade aos clientes pagadores (consumidores finais), a adesão pelas empresas receptoras é facultativa. Para adotar o recurso, a empresa precisa procurar um banco ou instituição de pagamento e solicitar que a funcionalidade seja habilitada.

Ativação automática de crédito

A expectativa de Gomes é de que o Pix Automático reduza a inadimplência de empresas, já que o consumidor será notificado com antecedência sobre cada cobrança, terá a opção de definir um valor máximo e poderá cancelar o pagamento até a véspera.

- Vai reduzir muito a inadimplência. Facilita a gestão financeira do consumidor, que poderá consolidar as contas. Ele vai ter um controle do próprio orçamento muito melhor - destacou o diretor do BC, durante o "Conexão Pix", evento para o lançamento da nova modalidade.

Gomes explicou que as notificações sobre futuras cobranças serão obrigatórias pelas instituições financeira. Caso não haja saldo suficiente na conta, o sistema permitirá até três novas tentativas de cobrança. O BC esclareceu ainda que, caso o consumidor siga sem saldo suficiente, os bancos não poderão ativar de forma automática uma linha de crédito, como cheque especial.

— Um dos recursos que estamos colocando no PIX Automático é do consumidor poder marcar que não quer usar automaticamente o limite do cheque especial. O pagador decidir. Não é para cobrar automaticamente, a não ser que ele (o cliente) tenha dado autorização para que isso aconteça — afirmou o chefe do Departamento de Competição e de Estrutura do Mercado Financeiro do BC, Ricardo Mourão.

Caso a cobrança não seja concluída, a empresa poderá aplicar juros ou mora, conforme previsto em contrato com o consumidor. A cobrança adicional será feita na prestação seguinte. Uma eventual negociação para pagamento de parte da parcela terá que ser feita diretamente com a empresa.

Substitui boleto, mas não compra parcelada

Apesar do lançamento em evento em São Paulo, nesta quarta-feira, a funcionalidade começa a operar no dia 16 de junho. A modalidade deverá ser usada para contas periódicas como luz, água, telefone, assinatura de streaming, mensalidade de escola, de academia ou de condomínio.

Os diretores do BC ressaltaram que o Pix Automático não tem o objetivo de substituir as compras parceladas no cartão de crédito, já que o consumidor poderá cancelar a cobrança até a véspera do vencimento. A solução, no entanto, deve concorrer diretamente com métodos usados para pagamentos recorrentes, como boletos, DDA (Débito Direto Autorizado) e o próprio débito automático.

— Eu não acho que o PIX automático seja um competidor direto que vá afetar o parcelado de sem juros, por exemplo, mas ele vai substituir muito o boleto (para pagamentos recorrentes). O débito automático também deve reduzir drasticamente — afirmou Gomes, acrescentando que a modalidade não é instrumento de crédito e não garante antecipação de recebíveis.

O BC ressaltou que mais de 60 milhões de brasileiros ainda não têm cartão de crédito, um público que poderá ser incluído a partir dessa nova funcionalidade, especialmente em serviços que exigem cobranças automáticas, como assinaturas de streaming e academias.

A expectativa da instituição também é de que o Pix Automático estimule a concorrência no sistema de pagamentos, ao permitir que fintechs, cooperativas e bancos menores ofereçam o serviço de pagamento recorrente, que hoje é concentrado nos grandes bancos.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 04/06/2025

TRÉGUA NAS TARIFAS CAMUFLA UM OUTRO LADO DA GUERRA COMERCIAL ENTRE EUA E CHINA; ENTENDA

Enquanto suspenderam parte das taxas recíprocas, Washington e Pequim adotaram uma estratégia potencialmente muito mais prejudicial, com controle de exportações e rupturas nas cadeias globais. Por The New York Times — Washington



Tecnologia de motores a jato que impulsiona os aviões vem principalmente de empresas dos EUA, mas os motores não podem funcionar sem minerais de terras raras, que são em grande parte produzidos na China — Foto: Lindsey Wasson/The New York Times

O conflito comercial entre Estados Unidos e China está rapidamente se transformando em uma disputa sobre cadeias globais de suprimentos, à medida que as duas nações limitam o compartilhamento de tecnologias críticas — com consequências duradouras para

dezenas de indústrias.

Na semana passada, os Estados Unidos suspenderam algumas vendas para a China de componentes e softwares usados em motores a jato e semicondutores, em resposta a uma repressão de Pequim sobre a exportação de minerais utilizados em grandes setores da manufatura. Nos últimos dias, ambos os lados se acusaram mutuamente de agir de má-fé.



Essa guerra das cadeias de suprimentos, que se soma às tarifas que os dois países vêm impondo sobre as importações um do outro, alarmou empresas que afirmam não conseguir fabricar seus produtos sem componentes vindos de ambos os países. E tem deixado autoridades em Washington cada vez mais nervosas com outros pontos de estrangulamento onde a China poderia pressionar os EUA — como no setor farmacêutico ou no transporte marítimo.

— As guerras de cadeias de suprimentos, sobre as quais especulávamos há anos, agora estão acontecendo — disse Liza Tobin, ex-assessora de segurança nacional da Casa Branca e atual diretora-gerente da Garnaut Global, uma consultoria de riscos.

Nas últimas semanas, a indústria aeronáutica emergiu como tanto uma arma quanto uma vítima nesse embate.

A tecnologia de motores a jato que impulsiona os aviões, assim como os sistemas de navegação que os controlam, vêm majoritariamente dos Estados Unidos, desenvolvidos por empresas como a General Electric. Na tentativa da China de construir uma concorrente viável à Boeing, por exemplo, foi necessário obter tecnologia de motores da GE Aerospace.

Mas um motor a jato também não pode ser fabricado sem a China. Minerais processados naquele país são essenciais para revestimentos especiais e componentes que ajudam o motor a funcionar suavemente em altas temperaturas, entre outras aplicações.

Pequim restringiu a exportação desses minerais — conhecidos como terras raras — em abril, depois que o presidente Donald Trump começou a impor altas tarifas sobre importações chinesas.

A medida ameaçou encerrar o que restou da manufatura avançada nos Estados Unidos — incluindo o trabalho realizado por muitos contratantes da área de defesa. Em maio, a Ford fechou temporariamente uma fábrica em Chicago depois que um de seus fornecedores ficou sem os ímãs necessários para montar os carros.

Os Estados Unidos responderam com suas próprias restrições tecnológicas. Na semana passada, autoridades americanas suspenderam algumas licenças que permitiam a empresas americanas exportar tecnologia aeronáutica para a China, além de outras relacionadas à biotecnologia e semicondutores, segundo pessoas familiarizadas com o assunto.

Ao mesmo tempo, autoridades dos departamentos de Defesa e do Interior e do Conselho de Segurança Nacional estão acelerando os esforços para encontrar mais fontes domésticas de terras raras, incluindo a possibilidade de financiamento governamental para novas minas e instalações de processamento, segundo fontes.

Mas quaisquer esforços desse tipo podem levar anos para se concretizarem. Em média, os Estados Unidos levam 29 anos para desenvolver uma única mina, de acordo com estatísticas da S&P.

O governo Trump também está avaliando novas medidas. Tem considerado incluir grandes fabricantes chineses de chips, bem como unidades de gigantes chinesas de tecnologia como Alibaba, Tencent e Baidu, em uma chamada “lista de restrições”, que os proíbe de fazer comércio com os Estados Unidos, segundo fontes próximas às discussões.

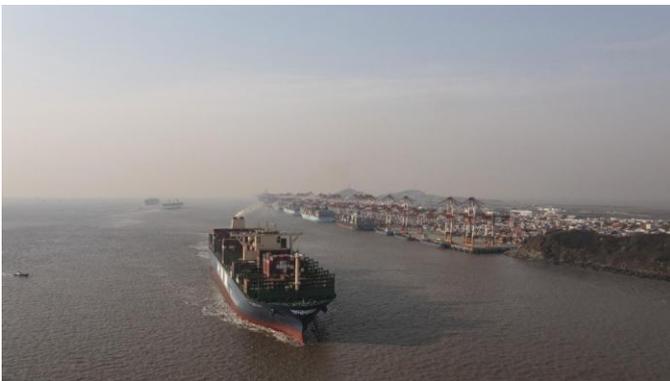
A batalha pela cadeia de suprimentos vem sendo travada há anos. E ambos os países vêm tentando se proteger contra o controle de bens estratégicos pelo outro, diversificando suas próprias fontes de abastecimento.

Após Trump impor tarifas à China durante seu primeiro mandato, muitas empresas americanas estabeleceram fábricas em países fora da China, incluindo Vietnã e México. Xi Jinping, o líder chinês, passou a buscar uma menor dependência do país em relação a fontes estrangeiras de energia e tecnologia, investindo pesadamente em fábricas de semicondutores, painéis solares e veículos elétricos.

Mesmo assim, as economias continuam profundamente integradas — uma realidade difícil de contornar, já que centenas de bilhões de dólares em comércio cruzam o Pacífico todos os anos. Embora os dois países estejam decididos a reduzir suas dependências mútuas por motivos de segurança nacional, fazer isso será caro e doloroso.

Desde 2022, por exemplo, os Estados Unidos vêm expandindo gradualmente um sistema global para regular os semicondutores avançados e impedir que essa tecnologia chegue à China. As regras visam restringir o acesso chinês à inteligência artificial e à computação avançada necessárias para reforçar suas capacidades militares. No entanto, elas enfrentam forte resistência de uma indústria que vê a China como uma importante fonte de receita.

Os Estados Unidos estenderam esses controles de exportação ao redor do mundo, chegando a proibir empresas de outros países de venderem produtos à China caso usem peças, tecnologia ou software americanos em sua fabricação. Embora alguns governos estrangeiros tenham reagido negativamente a essas regras, muitos acabaram se alinhando.



Navio de carga no Porto de Yangshan, em Xangai: as economias dos EUA e da China continuam profundamente integradas, com centenas de bilhões de dólares em comércio cruzando o Pacífico a cada ano — Foto: The New York Times

Esse sistema se baseia na ideia de que os Estados Unidos devem ser a única potência global cujas regras os demais países devem seguir. Mas, para a China, os minerais de terras raras são uma forma de desafiar essa

afirmação de domínio dos americanos.

Pequim estabeleceu um sistema de licenciamento que lhe permite monitorar e aprovar as vendas de terras raras — e de ímãs feitos a partir delas — para empresas em todo o mundo. Quando Trump aumentou as tarifas sobre a China para 145% em abril, Pequim respondeu mirando nos embarques de terras raras, inclusive suspendendo muitos deles.

Em maio, autoridades americanas e chinesas organizaram uma reunião em Genebra para tentar aliviar as tensões comerciais. O governo Trump tinha vários motivos para buscar uma trégua. Empresas vinham alertando sobre o risco de prateleiras vazias nas lojas ainda este ano devido à queda nas importações da China, e os mercados de ações e títulos estavam emitindo sinais de alerta.

Mas foram as restrições chinesas às terras raras que pareceram exercer maior pressão sobre os Estados Unidos para alcançar uma resolução.

Os negociadores concordaram, em Genebra, em reduzir as tarifas. Como parte do acordo, a China afirmou que “suspenderia ou removeria as contramedidas não tarifárias adotadas contra os Estados Unidos desde abril”, segundo um comunicado conjunto.

Autoridades americanas dizem que os embarques chineses ainda não voltaram aos níveis anteriores. Durante uma entrevista à CNBC na sexta-feira, Jamieson Greer, representante comercial dos EUA, afirmou que os chineses estavam “protelando o cumprimento do acordo” e que os americanos “ainda não viram o fluxo de alguns desses minerais críticos como deveriam”.

Trump foi mais direto. Em uma postagem no Truth Social na sexta-feira, ele escreveu que a China “VIOLOU TOTALMENTE SEU ACORDO CONOSCO”, acrescentando: “Adeus para o cara bonzinho!”



Lin Jian, porta-voz do Ministério das Relações Exteriores da China, negou a acusação durante uma coletiva na terça-feira, dizendo que a China “implementou com seriedade” o consenso alcançado em Genebra. Autoridades chinesas afirmam que foram os Estados Unidos que quebraram o acordo, inclusive ao emitirem um comunicado dizendo que o uso de chips fabricados pela Huawei, a empresa de tecnologia chinesa, em qualquer lugar do mundo, violava a lei americana.

— Os EUA, sem qualquer base factual, difamaram e acusaram a China, impuseram controles de exportação sobre chips, suspenderam as vendas de softwares de design de chips para a China e anunciaram o cancelamento de vistos de estudantes chineses — medidas extremas que prejudicam seriamente o Consenso de Genebra e os direitos e interesses legítimos da China— disse Lin.

Enquanto algumas montadoras e fabricantes de eletrônicos dos EUA receberam recentemente licenças da China para embarques de minerais, a incerteza e o acúmulo contínuo de pedidos ainda estão deixando as empresas apreensivas. A China também parecia estar dando preferência a empresas europeias em detrimento das americanas.

Tensões também nas relações diplomáticas

As tensões estão transbordando para outros aspectos das relações diplomáticas entre os Estados Unidos e a China. O governo Trump também propôs planos para “revogar agressivamente” vistos de estudantes chineses, incluindo aqueles com vínculos com o Partido Comunista.

Não está claro como as tensões podem ser amenizadas. Karoline Leavitt, secretária de imprensa da Casa Branca, disse na segunda-feira que Trump e Xi provavelmente conversariam por telefone ainda nesta semana. O porta-voz do Ministério das Relações Exteriores da China afirmou que não tinha “nenhuma informação a oferecer” sobre essa ligação.

Daniel H. Rosen, cofundador do Rhodium Group, uma empresa de pesquisa, disse que Pequim reconheceu, anos atrás, que as terras raras seriam centrais para tecnologias avançadas e subsidiou a expansão dessas reservas. Os Estados Unidos, segundo ele, “subestimaram gravemente” a demanda por esses materiais.

A China extrai 70% das terras raras do mundo, mas realiza o processamento químico de 90% delas. O país também fabrica mais de 80% das baterias do mundo, mais de 70% dos carros elétricos e cerca da metade do aço, ferro e alumínio global, segundo dados da Agência Internacional de Energia.

Garantir um fornecimento alternativo exigiria, provavelmente, que os Estados Unidos investissem centenas de bilhões de dólares, afirmou Rosen, além de cooperação com parceiros globais dispostos a construir cadeias de suprimento fora da China.

— Vai ser caro. Temos um longo caminho pela frente — acrescentou Rosen.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 04/06/2025

ANAC REVOGA SUSPENSÃO DO TRANSPORTE AÉREO DOS CORREIOS APÓS ACORDO DE SEGURANÇA

Empresa apresentou plano de ação e firmou acordo com companhias aéreas para garantir cumprimento das normas de segurança exigidas pela agência

Por Bruna Lessa — Brasília

A Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) decidiu revogar a suspensão das operações de transporte aérea de mala postal no Brasil, serviço prestado pelos Correios. A medida, que entraria em vigor nesta quarta-feira, havia sido determinada no fim de maio por falhas nos procedimentos de segurança, mas foi revertida após a apresentação de um plano corretivo e de um acordo operacional entre os Correios e as empresas aéreas envolvidas.



As provas do concurso dos Correios tiveram comparecimento de 59,85% dos quase 1,7 milhão de inscritos na seleção — Foto: Marcelo Camargo/Agência Brasil

Segundo a Anac, os Correios se comprometeram a implementar ações de mitigação de riscos com cronograma detalhado, em conjunto com as operadoras Total Linhas Aéreas e Sideral Linhas Aéreas. A medida mais relevante, segundo a agência, foi a inclusão da

inspeção por raio-X nas cargas destinadas ao transporte aéreo.

A decisão de suspender as atividades foi motivada por irregularidades que foram identificadas em fiscalizações realizadas entre fevereiro e abril de 2025, que apontaram falhas nos procedimentos de identificação e tratamento de artigos perigosos. A Anac já havia adotado medidas preventivas em dezembro de 2024, após constatar tentativas de embarque de itens com restrições, o que representava risco à segurança da aviação civil.

Com a revogação da suspensão, os Correios poderão seguir operando normalmente, mas sob acompanhamento contínuo da Anac. Caso o plano apresentado não seja cumprido, a agência poderá determinar nova interrupção das atividades.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 04/06/2025

'MAIOR ALIADO DO SETOR SIDERÚRGICO BRASILEIRO PODE SER A INDÚSTRIA AMERICANA', DIZ ECONOMISTA SOBRE AUMENTO DA TARIFA DO AÇO

Por Luciana Casemiro



Indústria do aço no Brasil — Foto: Instituto Aço Brasil / Divulgação

Obter uma cota livre de sobretaxa para exportação de produtos siderúrgicos brasileiros para os Estados Unidos, como ambiciona o governo brasileiro, não será tarefa fácil, avalia a economista Lia Valls, responsável pelo Indicador de Comércio Exterior (ICOMEX) do FGV Ibre. Desde quando foi implementada a tarifa de 25% sobre aço e alumínio se tenta um acordo com o governo de Donald Trump e até aqui nada foi anunciado. O fato, diz Lia, é que com a entrada em vigor da nova taxa, nesta quarta-feira, que passa a ser de 50%, se agrava a situação do setor siderúrgico brasileiro que tem nos Estados Unidos o principal destino para exportação, e seu principal aliado nessa queda de braço pode ser a própria indústria americana, principalmente, a automobilística.

- É difícil o governo brasileiro conseguir negociar uma exceção. E é fato que, se 25% já era prejudicial à exportação brasileira, 50% complica ainda mais, pois gera uma oneração excessiva. O maior aliado do setor siderúrgico brasileiro pode ser a indústria americana, já que esse aumento de tarifa vai aumentar os custos e isso pode gerar uma pressão para que Trump retroceda. Afinal, essa é claramente uma política populista, não à toa, foi anunciada após visitar a fábrica da US Steel na Pensilvânia. Mas Trump já deixou claro que quer proteger também a indústria automobilística que faz uso intensivo de aço e que pode pressioná-lo a rever essa decisão - explica a economista.

Lia destaca que, até o momento, apenas o Reino Unido conseguiu um acordo de exceção dos Estados Unidos e que é possível que algum acordo seja feito com o Canadá, principal fornecedor americano de aço e alumínio. Mantida a taxa de importação de 50%, a economista avalia que será difícil para o Brasil encontrar mercado para redirecionar o aço exportado atualmente para os EUA.

- Quando os Estados Unidos adotaram uma política comercial desse gênero nos anos de 1980, o Brasil redirecionou sua exportação para a Ásia. Nessa época, exportávamos aço inclusive para a China. Esse cenário mudou completamente e a China hoje domina o continente asiático. Não vejo para onde poderíamos redirecionar as exportações para os Estados Unidos - analisa.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 04/06/2025

TCU DISCUTE NESTA QUARTA ACORDO PARA QUE A RIOGALEÃO CONTINUE A ADMINISTRAR AEROPORTO INTERNACIONAL DO RIO

Tribunal precisa dar aval para repactuação do contrato do terminal

Por Geralda Doca — Brasília



Aeroporto Internacional Galeão Tom Jobim — Foto: Márcia Foletto

O Tribunal de Contas da União (TCU) marcou para esta quarta-feira a análise da proposta de acordo que permite à concessionária RIOgaleão continuar administrando o Aeroporto Internacional do Rio. Para isso, o contrato atual, que vence em 2039, será reformulado em melhores condições. A votação do tema estava prevista para a semana passada, mas foi adiada.

Portugal diz que TAP é estratégica e que segue com a privatização: Veja quem quer comprar a aérea Sem doença: Foco de gripe aviária no Rio Grande do Sul está contido, afirma ministro da Agricultura Pelo acordo, a outorga anual fixa paga à União será transformada em variável, atrelada ao faturamento da concessionária, em 20% da receita bruta. No entendimento costurado no TCU com integrantes do governo, da concessionária e da Agência Nacional de Aviação (Anac), o aeroporto foi reavaliado em R\$ 932 milhões.

Para evitar riscos jurídicos, o ativo vai passar por um processo simplificado de licitação a fim de identificar eventuais interessados no mercado. A RIOgaleão vai participar do certame e ficará com o ativo caso não haja disputa. Se houver disputa, o interessado tem que oferecer acima do valor de avaliação do terminal.

Além de alívio no valor da outorga, a proposta prevê a retirada da Infraero do negócio. A estatal detém 49% de participação na RIOgaleão e será indenizada na proporção da sua participação acionária.

Também será excluído do contrato obrigação da concessionária de construir uma terceira pista. O gatilho para empreendimento seria quando a demanda atingir 262.900 movimentos por hora, mas essa previsão está longe de se confirmar.

Por outro lado, a RIOgaleão terá que desistir de disputas com a Anac, como pedido de reequilíbrio econômico financeiro do contrato no valor de R\$ 8 bilhões.

O Galeão foi arrematado no final de 2013 pelo consórcio formado por Odebrecht Transport e Changi por R\$ 19 bilhões, ágio de 294% sobre o lance mínimo. O primeiro compromisso foi preparar o aeroporto para os Jogos Olímpicos com investimentos estimados em R\$ 5,7 bilhões ao longo do contrato.

Contudo, a concessionária começou a enfrentar problemas financeiros com a crise na economia no segundo mandato da ex-presidente Dilma Rousseff. O envolvimento da Odebrecht na operação Lava Jato também foi um complicador.

Em 2017, o atual sócio majoritário, Changi, comprou a fatia da empreiteira e com injeção de capital a concessionária reprogramou a outorga com a União, regularizando a situação. O pagamento de outorga foi suspenso até 2022.

Com a pandemia de Covid-19, a situação se agravou, o que levou a operadora a pedir para devolver a concessão no início de 2022. Entretanto, com a mudança no governo federal em 2023, a Changi voltou atrás e manifestou interesse em permanecer na operação.

A estratégia foi reforçada com a iniciativa do governo estadual e da prefeitura do Rio em restringir o movimento no Santos Dumont. O objetivo foi fortalecer o volume de passageiros no Galeão. Mas ainda assim, as receitas não são suficientes para pagar os compromissos com a União, segundo interlocutores do governo.

Fonte: O Globo - RJ
Data: 04/06/2025

O ESTADO DE S. PAULO

O ESTADO DE SÃO PAULO - SP

SETOR AGRÍCOLA FRANCÊS COBRA OPOSIÇÃO DE MACRON A ACORDO UE-MERCOSUL ANTES DE ENCONTRO COM LULA

Em carta, grupos pediram ao presidente francês que mantenha a pressão contra a validação do pacto e exerça o direito de recusa; Macron é um dos principais críticos ao acordo entre os blocos
Por Ana Ritti (Broadcast)

Entidades agrícolas francesas reforçaram sua oposição ao acordo comercial entre a União Europeia e o Mercosul, na véspera do encontro do presidente Luiz Inácio Lula da Silva com o presidente francês, Emmanuel Macron.

Em carta, os grupos pediram que Macron mantenha a pressão contra a validação do pacto e exerça o direito de recusa. “A França deve reafirmar sem ambiguidade sua oposição à ratificação. Enquanto o acordo UE-Mercosul mantiver seu status de acordo misto, a França ainda dispõe da capacidade jurídica de se opor a ele”, disseram as associações de Avicultura de Corte (Anvol, na sigla em francês), de Beterraba e do Açúcar (Aibs), Associação Nacional do Gado e das Carnes (Interbev) e Associação Cerealista Francesa (Intercéréales).

No documento, os grupos afirmaram que a Comissão Europeia busca acelerar o acordo em meio às tensões entre UE e Estados Unidos.



Macron receberá Lula para discutir temas como o acordo entre Mercosul e União Europeia e a lei antidesmatamento do bloco europeu Foto: Teresa Suarez/AFP

“Contudo, este acordo vai muito além da esfera comercial. Ele levanta questões importantes de soberania agrícola, justiça econômica para os produtores europeus e coerência política diante dos compromissos climáticos e sociais da União Europeia”, disseram, citando que os produtos importados são produzidos com uso de substâncias proibidas,



transgênicos e ausência de rastreabilidade, distante do padrão europeu.

Para as associações, as cotas adicionais previstas representariam um valor agrícola de pelo menos 2,87 bilhões de euros apenas para os setores de carne bovina, frango e milho.

Além disso, os grupos destacam que produtos de alto valor agregado estão sendo priorizados pelos exportadores sul-americanos, como cortes nobres de carne bovina, filés de frango, produtos cereais, além de derivados do amido e do milho. Para o setor de açúcar e etanol, as concessões da UE representariam a produção de 50 mil hectares, ou 1/8 da área cultivada com beterraba na França, segundo a nota.

O presidente Lula se encontra com Macron nesta quinta-feira, 5, para discutir temas como o acordo entre Mercosul e União Europeia e a lei antidesmatamento do bloco europeu.

O líder francês é um dos principais críticos ao acordo de livre comércio entre os blocos econômicos, ao mesmo tempo que a França foi um dos principais defensores da lei antidesmatamento europeia.

Já Lula tem como um dos objetivos de sua gestão a ratificação do acordo entre UE-Mercosul, enquanto o governo brasileiro classifica a lei antidesmatamento como unilateral e discriminatória.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 04/06/2025

PAÍSES ATRASAM ENVIO DE METAS AMBIENTAIS; BRASIL ESTÁ EM DIA, MAS 'SEM AMBIÇÃO', DIZEM ESPECIALISTAS

Segundo ambientalistas, documento brasileiro para o Acordo de Paris conta com objetivos insuficientes para contribuir na meta de limitar aumento de temperatura a 1,5°C; Ministério do Meio Ambiente contesta

Por Luis Filipe Santos

O Acordo de Paris, celebrado em 2015, prevê que cada país signatário apresente sua contribuição para manter o aquecimento global abaixo de 1,5°C; além disso, essas metas (contribuições nacionalmente determinadas, ou NDCs, na sigla em inglês) devem ser atualizadas a cada cinco anos, para serem sempre mais ambiciosas do que as anteriores e visarem à década seguinte. Em 2025, os países tinham até 10 de fevereiro para apresentar o novo documento, mas apenas 13 dos 195 haviam cumprido o prazo, que acabou estendido até setembro. Até o momento, mais oito apresentaram, totalizando 21.

Um dos poucos que já apresentaram é o Brasil, ao lado de outros como Reino Unido, Japão e Estados Unidos, este último ainda no governo de Joe Biden. Outros países e blocos que emitem muitos gases de efeito estufa e contribuem para o aquecimento global estão em débito, como China, União Europeia e Índia. Na América Latina, além do Brasil, apenas Uruguai, Cuba e Equador publicaram a atualização.

Das apresentadas, nem a do Brasil nem a dos outros países é ambiciosa o suficiente no corte de emissões para atingir a meta, exceto a do Reino Unido, segundo especialistas ouvidos pelo Estadão. O Ministério do Meio Ambiente (MMA) contesta, considerando que o País cumpre sua parte e está no caminho certo para zerar as emissões até 2050, e ressalta que precisa se desenvolver protegendo a população mais vulnerável, que tende a ser mais prejudicada com os desastres climáticos.

O objetivo do Acordo de Paris é limitar o aumento na temperatura média global a 1,5°C em relação ao período anterior à revolução industrial. Para tal, as emissões de gases que aquecem o planeta, como gás carbônico, metano e óxido nitroso precisam ser drasticamente reduzidas até 2050. A meta de 1,5°C foi determinada para evitar os piores efeitos possíveis das mudanças climáticas sobre as populações humanas, a infraestrutura, a fauna e a flora.

Atraso

O papel das atualizações das NDCs é fornecer um monitoramento constante do que está sendo feito e garantir que as metas sejam sempre mais ambiciosas que as anteriores. Contudo, o atraso na apresentação das novas versões prejudica esse acompanhamento por parte da sociedade, de outros países e das empresas, além de passar uma mensagem contraditória.



Atualmente, a maior parte das emissões brasileiras vem de mudanças no uso do solo, ou seja, do desmatamento de biomas para outros usos Foto: Daniel Teixeira/Estadão

Apesar do novo prazo, o sinal para a sociedade pode ser ruim. “Há um risco claro de procrastinação. Tanto que, recentemente, o Comitê de Compliance do Acordo de Paris deliberou notificar formalmente os países que não entregaram suas NDCs dentro do prazo. Ou seja, o sistema internacional está começando a reagir com mais firmeza à falta de compromisso”, relata Natalie Unterstell, presidente do Instituto Talanoa, organização especializada em políticas públicas sobre o clima.

O Brasil foi o segundo a entregar, atrás dos Emirados Árabes Unidos, que sediaram a mais recente Conferência entre as Partes (COP, na sigla em inglês) em Dubai. Neste ano, o evento ocorrerá em Belém, capital do Pará, no início de novembro. “Não é sobre quem entrega primeiro, mas quem entrega melhor, com mais ambição. A grande expectativa ficou para o novo prazo”, afirma Karen Silverwood-Cope, diretora de Clima da organização sem fins lucrativos World Resources Institute (WRI) Brasil.

Uma possível explicação é que no final de 2024 os países tiveram de entregar, pela primeira vez, os relatórios bianuais de transparência, também com finalidade de acompanhamento. Como normalmente as mesmas equipes são responsáveis por entregar esses relatórios e as NDCs, o foco pode ter ido para o que tinha prazo mais curto.

Outra explicação são discussões internas a países e blocos, o que fica evidente em casos como o da União Europeia. “Eles tem de unificar o bloco, tem um certo protecionismo, diferente dos EUA. Acredito que a UE vai aumentar a ambição, mas talvez não seja protagonista como outros países”, diz Lauro Marins, líder de soluções digitais e consultoria da empresa focada em descarbonização WayCarbon.

Documento

Uma boa NDC deve abranger o máximo de setores possíveis, com metas para cada um, e indicar os possíveis caminhos para a redução das emissões. No entanto, nem todos os países divulgam os documentos com objetivos para a economia inteira.

O documento também deve indicar as rotas para adaptação, ou seja, como setores cruciais podem se preparar para as maiores temperaturas e eventos climáticos extremos, como tempestades e ondas de calor. “(A NDC) Deve construir resiliência aos impactos cada vez mais perigosos e irreversíveis prevendo medidas de adaptação; estimular investimentos e reforçar a governança para transformar metas em ações e colocar o foco nas pessoas, garantindo que a ação climática crie empregos, melhore a saúde e gere outros benefícios”, considera Silverwood-Cope.

Embora a NDC se refira apenas ao setor público, ele é importante para o setor privado por indicar caminhos para as empresas. “As NDCs são bússolas – quando não são firmes, desorientam os demais atores da economia. Muitas empresas alinham suas metas aos compromissos nacionais. A falta de clareza e atualização nas NDCs pode gerar incerteza, atrasar investimentos e até abrir espaço para greenwashing”, resume Natalie Unterstell.

A NDC também pode ser complementar a instrumentos internos - no caso do Brasil, ao Plano Clima, um guia de ações de enfrentamento à mudança climática que traduz internamente a NDC e coloca objetivos específicos a serem alcançados por cada setor; e à taxonomia verde, que pretende apontar oportunidades de investimentos verdes para o setor privado.

NDC brasileira

Entre os especialistas ouvidos pela reportagem, a percepção é de que a NDC brasileira tem pontos positivos, como cobrir toda a economia e todos os gases de efeito estufa, e apresentar metas mais ambiciosas que a de outros países, mas ainda é insuficiente para chegar à redução de emissões que o País teria que realizar para cumprir sua parte em manter o aumento da temperatura global abaixo de 1,5°C.

No documento, o governo brasileiro estabelece os objetivos para 2035 de reduzir as emissões de gases de efeito estufa entre 59% e 67% em relação a 2005, quando o País colocou aproximadamente 2,5 bilhões de toneladas de CO₂ na atmosfera. Assim, o Brasil deverá emitir algo no intervalo entre 850 milhões de toneladas de CO₂ a 1,05 bilhão de toneladas de CO₂.

Atualmente, a maior parte das emissões brasileiras vem de mudanças no uso do solo — ou seja, do desmatamento. A meta oficial é de zerar o desmatamento ilegal até 2030, e caso seja cumprida, seria um avanço para conseguir cumprir o que está na NDC. Outras fontes de emissões, como os setores de agricultura, energia e transporte, também precisariam contribuir.

“A NDC apresentada pela administração Lula-Alckmin em 2024 deu uma visão ampla dos esforços e políticas para implementar os compromissos de mitigação e adaptação do Brasil. Essa abordagem, fundamentada no desenvolvimento de políticas internas, é um passo bem-vindo. Apenas a ambição da NDC é que não foi suficiente”, avaliou Unterstell.

“O anúncio de um intervalo com tanta margem sobre a contribuição do País lança incertezas sobre a real trajetória a ser buscada. Os avanços mais recentes no combate à perda florestal mostram que o país tem capacidade de buscar o desmatamento zero até o final desta década. A captura de carbono pela preservação e restauração das florestas também será essencial no balanço líquido para meta de 2035 e para a neutralidade em 2050”, opina Silverwood-Cope.

Resposta

Para o MMA, a meta brasileira está no caminho certo para que o País cumpra sua parte em evitar que a temperatura supere o 1,5°C, além de indicar o caminho certo para o Brasil neutralizar suas emissões até 2050. Neutralizar significa que um país ou empresa reduziu suas emissões ao máximo, e que o que ainda for emitido é compensado capturando carbono da atmosfera por outras formas, como o plantio de árvores.

Em entrevista ao Estadão, Aloisio Melo, secretário de Mudança do Clima do MMA, destaca o papel do Brasil nas discussões sobre o aquecimento global. “A distribuição [da redução de emissões] é feita de acordo com as responsabilidades e as capacidades dos países. Alguns se industrializaram antes e tem maior responsabilidade e maior capacidade. O Brasil desde a primeira NDC sempre se colocou como país em desenvolvimento que assume suas responsabilidades”, diz.

Ele também destaca que as métricas e metas brasileiras precisam ser adaptadas à realidade do País, em que a maior parte das emissões não vem da indústria ou da geração de energia. “Temos um compromisso ambicioso, mas que olha para a necessidade de desenvolvimento do país”, garante Melo. Uma possível preocupação, entretanto, é a mudança nas regras para licenciamento ambiental, aprovada no Senado e em discussão na Câmara.

Liderança na COP-30

O País também precisa estar à frente da discussão, como sede da próxima COP — é esperado que o Brasil utilize a oportunidade para exercer liderança na pauta ambiental. “O Brasil, como presidente da COP30, tem a responsabilidade de convocar os países a submeterem suas metas climáticas e NDCs o quanto antes, garantindo que esses compromissos sejam estabelecidos e honrados”,

pondera Juliano Assunção, diretor executivo do Climate Policy Initiative, instituto de pesquisa ligado à PUC-Rio.

Para Assunção, os trabalhos regionais podem ser coordenados com os vizinhos latino-americanos, especialmente os que também contam com pedaços da Amazônia em seus territórios. “Esse é um momento estratégico de reunir esforços regionais para mitigação e adaptação climáticas, entendendo a realização da COP-30 na América do Sul como uma oportunidade para atrair investimentos e discutir novas frentes de apoio”, afirma, ressaltando que a região também pode ser uma das mais afetadas pelas tragédias climáticas.

Melo, do Ministério do Meio Ambiente, relata que o Brasil tem feito o chamado para que os países divulguem novas metas ambiciosas, e que seria bom que os outros países já as tivessem divulgado para que a presidência da COP pudesse avaliá-las. No entanto, esse é um processo complexo.

A NDC, no final, é um termômetro do quanto um governo se preocupa com o tema e do quanto consegue negociar com a sociedade para avançar na pauta ambiental. E, como ressalta Unterstell, sociedade civil, organismos multilaterais e até mesmo o setor privado têm um papel importante de cobrança. “Eventos como a COP 30 também funcionam como marcos de visibilidade, e os países tendem a querer mostrar serviço”, diz, lembrando do evento a ser realizado em Belém nos próximos meses.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 04/06/2025

MARGEM EQUATORIAL: IBAMA MARCA VISTORIA DA SONDA DA PETROBRAS QUE VAI PARA A FOZ DO AMAZONAS

A unidade está na Baía da Guanabara, no Rio de Janeiro, e deverá seguir nos próximos dias para o norte do País, com chegada programada para o final do mês

Por Denise Luna (Broadcast)

"Governo deixou Marina exposta por ser favorável à exploração de petróleo na Foz do Amazonas"

O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) confirmou, para esta quinta-feira, 5, a vistoria na sonda NS-42, contratada pela Petrobras para perfuração no bloco FZA-M-59, na bacia da Foz do Amazonas.

A unidade está na Baía da Guanabara, no Rio de Janeiro. Se não houver contratemplos, deverá seguir nos próximos dias para o norte do País, com chegada programada para o final do mês, conforme antecipou o Estadão/Broadcast.

Após a vistoria, a empresa aguarda autorização para realizar a Análise Pré-Operacional (APO) no local, o que será decisivo para obter a licença de exploração.



Petrobras resalta a distância do bloco FZA-M-59 da foz do rio Amazonas, apesar do nome da bacia Foto: Pedro Kirilos/Estadão

Segundo o órgão ambiental, a vistoria é uma “etapa rotineira de qualquer processo de licenciamento ambiental para atividades de perfuração marítima de poços”.

“Reforça-se que tal inspeção não representa qualquer direcionamento conclusivo quanto à emissão ou não da licença ambiental referente



à atividade de perfuração marítima no bloco FZA-M-59, na bacia da Foz do Amazonas”, disse o Ibama.

Em filme de divulgação da estatal, publicado em uma rede social pela diretora de Exploração e Produção, Sylvia Anjos, a companhia afirma que já furou mais de 3 mil poços no País sem nenhum dano ambiental ou vazamento e que a perfuração na Margem Equatorial, se liberada pelo Ibama, será feita nos “mais rigorosos padrões de segurança”.

“Um passo fundamental para que consigamos a licença definitiva para perfurar o poço. Vamos em frente para desvendar o potencial petrolífero do Amapá Águas profundas. Sempre lembrando que o resultado de um poço não é suficiente para avaliar a área. Temos oito poços previstos para os 6 blocos na área”, disse a diretora na publicação.

Ao todo, serão 16 poços na bacia da Foz do Amazonas que, apesar do nome, fica a 540 quilômetros da foz do rio. Para a operação, estão reservados R\$ 16 bilhões, informa a estatal, que já fez simulações de emergência envolvendo mais de mil pessoas e 60 embarcações no local.

O Porto de Belém, no Pará, será a base para receber os suprimentos de materiais para a perfuração do poço.

A Petrobras afirma que, apesar dos temores de eventuais acidentes em uma região tão sensível, há décadas opera em áreas também de grande importância ambiental, que estão mais próximas da costa do que os blocos da bacia da Foz do Amazonas.

Segundo a Petrobras, a distância do bloco FZA-M-59 da foz do rio Amazonas é duas vezes a distância do campo de Jubarte, na bacia de Campos, das praias de Búzios, no Rio de Janeiro, e quase o dobro de distância do campo de Tupi, maior produtor de petróleo do País, na bacia de Santos, das praias cariocas de Ipanema e Copacabana.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 04/06/2025

‘ESTAMOS NO MELHOR MOMENTO PARA O INVESTIMENTO EM INFRAESTRUTURA NO BRASIL’, DIZ PRESIDENTE DA ABDIB

Em 2025, os investimentos em infraestrutura no País deverão somar R\$ 288,2 bilhões e bater um novo recorde

Por Luiz Guilherme Gerbelli

Em 2025, os investimentos em infraestrutura no Brasil deverão somar R\$ 288,2 bilhões e bater um novo recorde, de acordo com a projeção da Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base (Abdib). No ano passado, os números do setor já foram expressivos. Os investimentos somaram R\$ 260,6 bilhões, o melhor resultado até então.

Os números da Abdib mostram que, apesar do juro alto, boa parte do investimento esperado virá do setor privado, que deverá chegar a R\$ 222,3 bilhões.

“Tem de entender que vários projetos em andamento no momento não começaram agora. Tem projetos que estão no terceiro, quarto ano, e a captação de recursos e o funding já estão fechados. Eles continuam na execução”, afirma Venilton Tadini, presidente-executivo da Abdib.

Hoje, o cardápio da Abdib mostra que o País tem cerca de 500 projetos que podem migrar para o setor privado, o que, segundo Tadini, ilustra o melhor momento para o investimento em infraestrutura no País.

“O fato é que temos uma condição virtuosa de crescimento da infraestrutura, mas que, infelizmente, não está sendo complementada naquilo que precisa com investimento público necessário por causa das restrições de natureza fiscal”, afirma.

Nesta quinta, 5, a Abdib organiza o seu fórum em Brasília para discutir o futuro da infraestrutura no Brasil.

A seguir trechos da entrevista concedida ao Estadão.

Por que que o investimento continua crescendo mesmo com juros tão altos?

Tem de entender que vários projetos em andamento no momento não começaram agora. Há projetos que estão no terceiro, quarto ano, e a captação de recursos e o funding já estão fechados. Eles continuam na execução. Essa é uma razão pela qual você tem um estoque de projetos em andamento, que, logicamente, vão se juntar aos projetos que foram recentemente solicitados e que terão captações também. Vale a pena chamar atenção de que, por serem (projetos) de longo prazo de maturação, o investidor não olha só a questão dos juros de curto prazo.

Qual tem sido o papel do poder público no cenário atual?

Tanto os ministérios quanto o BNDES estão fazendo o funding do projeto de maneira faseada. Se o investidor tem de captar R\$ 1 bilhão para determinado projeto, o BNDES está ‘faseando’ essa captação. Os juros subiram, mas a tendência é que ele caia. E nós estamos falando de um projeto de 20 anos, 25 anos e alguns de 30 anos. Isso é outro fator, com outros instrumentos que têm sido utilizados pelo BNDES, o que dá uma tranquilidade maior, porque é diferente do que era feito no passado, quando você fechava a taxa de empréstimo para todo o período do financiamento. Agora, você pode fazer essa captação somente pelos desembolsos que estão ocorrendo nesse período.

Esse período de juro alto que o País enfrenta e deve viver nos próximos anos não terá um impacto tão grande nos investimentos, então?

Vai impactar no sentido de que poderia ter crescido mais. Ele afeta o capital de giro e a disponibilidade de participação em novos projetos. As empresas com mais condições de participar de novos projetos serão aquelas que têm um maior nível de capitalização. A gente não pode esquecer também que muitos dos investidores recentes são fundos de investimento, que já fizeram suas captações na Europa, na Ásia. Têm alguns fundos que vêm do Canadá. E outro fenômeno muito importante é a estrutura criada pelo Tesouro Nacional com o programa de diluição de risco cambial para captação externa ligada a projetos vinculados à economia verde. Isso é uma coisa importante. Tem mecanismo de hedge cambial, mecanismos de derivativos para proteção futura, não só do investidor, mas também lá de fora, de quem realiza o empréstimo.

Como mostra o mapeamento da Abdib, o Brasil tem quase 500 projetos de infraestrutura para serem leiloados. Tem investidor para todos esses projetos?

Nunca na história do nosso País (risos) tivemos um ciclo expansivo com as fontes de financiamento devidamente preparadas e ajustadas para fazer frente aos investimentos. Tem uma coisa importante que precede a isso ainda, que é a qualidade na estruturação de projetos. Melhorou muito. A curva de aprendizado foi enorme. Vejo gente escrever sobre os programas de investimentos, falando que estão repetindo o passado e tal. Quer dizer, ou não conhecia o passado ou não conhece o presente. No passado, houve erros na análise de viabilidade do projeto, na mitigação de risco entre o público e o privado, na estruturação de funding, na forma de fazer o tratamento do investimento. Mudou tudo.

E tem investidor para tudo isso? Sem dúvida, tem. E, dependendo do que vai se desenrolar no mercado internacional, vai ter mais recursos ainda. Os nossos projetos são bons, bem estruturados, têm complementação de funding e investidores fortes. Não existe falta de investidor. Não tem país do mundo que tem o número de investidores em rodovias que o Brasil tem.



Venilton Tadini, presidente da Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base
Foto: SERGIO CASTRO/ESTADÃO

Com base no cenário que o sr. traça, é o melhor momento para investimento em infraestrutura no país?

Exatamente. Estamos no melhor momento. A taxa de juros deveria ser menor, mas hoje você tem mecanismos de escape da política monetária. O Banco Central joga a taxa de juros – eu não vou dizer nas nuvens – a um degrau antes das nuvens. O fato é que

temos uma condição virtuosa de crescimento da infraestrutura, mas que, infelizmente, não está sendo complementada naquilo que precisa com investimento público necessário por causa das restrições de natureza fiscal.

E quão prejudicial é essa questão da restrição fiscal? O próprio governo já indicou o colapso das contas públicas em 2027.

É uma questão de prioridade. Estamos vendo, por exemplo, o Legislativo com emendas que chegam a R\$ 50 bilhões, e elas não estão ligadas a nenhuma estrutura de projetos de programas de médio e longo prazo que estão na prioridade do governo federal. Às vezes, você vê o mercado falar que precisa fazer um ajuste de R\$ 10 bilhões, mas ele está esquecendo dos R\$ 50 bilhões que não vão ter o impacto de natureza macroeconômica e de eficiência na economia.

Na avaliação do sr., tem algum setor de infraestrutura que deve se destacar?

O programa de rodovias está perfeito. Ele tem sido acompanhado, e os projetos vão ter demanda. E não é só no nível federal, mas também nos governos estaduais. Veja o caso de Mato Grosso do Sul. E a outra coisa fundamental é o segmento de mobilidade urbana. É a parte de metrô e trens urbanos. É muito dinheiro que precisa para isso. E aí são necessárias PPPs (Parcerias Público-Privadas), não somente concessões, porque a gente viu o modelo do sucesso da Linha 4, do metrô de São Paulo, e do Trem Intercidades, que foi licitado. Vai ter o túnel Santos-Guarujá. Isso só de São Paulo. É muito forte o volume de investimento. A gente ainda tem de realizar investimentos em Minas Gerais, tem de recuperar o Rio Grande do Sul. E todos os investimentos a serem feitos têm de estar numa nova dinâmica de resiliência e de processo construtivo por conta do novo paradigma nas variações climáticas.

Sobre a questão ambiental, o novo marco para licenciamento ambiental tem sido criticado. Qual é a avaliação do sr.?

Trabalhamos muito em dois pontos fundamentais. O primeiro deles é criar um banco de biodiversidade, um banco de informações sobre a área que vai ser objeto da execução, do investimento, para que isso seja disponível para todo investidor que venha a fazer algum investimento naquele local. Isso evita que se recomece do zero, seja para o ente público que está analisando, seja para o setor privado que vai executar algum projeto. Isso está no projeto. E outro item importantíssimo que está no projeto é dar diretrizes de orientação para ter uma articulação entre ente municipal, estadual e federal, para que não se reproduza em cada âmbito de ente federativo toda análise de avaliação do projeto.

Não é aquela história de aproveitar para passar a boiada. Não tem nada a ver com isso. Tem a ver com dar racionalidade. Esses dois instrumentos são importantíssimos para agilizar, não para fazer coisa a toque de caixa e fazer lambança. O critério técnico tem de ser utilizado e reforçar as estruturas que existem, articular os entes federativos e aproveitar os estudos que já estão feitos.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 04/06/2025

AUDITORES FISCAIS FAZEM OPERAÇÃO-PADRÃO EM BAGAGENS EM 5 AEROPORTOS; VEJA QUAIS SERÃO AFETADOS

Passageiros poderão ser impactados com aumento na quantidade de inspeções; atuação pode gerar filas e aumentar o tempo de espera

Por Célia Froufe (Broadcast)

Auditores fiscais da Receita Federal começaram na terça-feira, 3, uma operação-padrão nas bagagens de passageiros em cinco aeroportos do Brasil como parte do movimento grevista da categoria, que já dura mais de seis meses.

Segundo o Sindicato dos Auditores Fiscais da Receita Federal (Sindifisco), a estratégia começou em Guarulhos (São Paulo) e Salgado Filho (Porto Alegre) na terça. Hoje é a vez dos aeroportos do Galeão (Rio de Janeiro) e Confins (Belo Horizonte) e, na sexta, está prevista em Salvador (Bahia).

Os passageiros que desembarcarem nesses aeroportos poderão ser impactados pela operação-padrão, que aumenta a quantidade de inspeções. A atuação pode gerar filas e aumentar o tempo de espera.



Greve dos auditores começou em 26 de novembro e já tem impacto em várias áreas da Receita Foto: Werther Santana/Estadão

O Sindifisco explicou que casos mais urgentes, que precisam de liberação rápida — como porte de itens hospitalares, por exemplo — não farão parte da operação.

A greve dos auditores teve início em 26 de novembro e já tem impacto em várias áreas da Receita. Os servidores querem recomposição das perdas inflacionárias no vencimento básico da categoria, que, segundo eles, acumula prejuízos desde 2016.

A proposta do Ministério de Gestão e Inovação (MGI) foi rejeitada pela categoria por não contemplar todos os auditores e com a alegação de que o reajuste é “sensivelmente inferior” ao negociado com outras carreiras do serviço público. O Sindifisco Nacional aguarda uma nova agenda com o ministério para retomar a negociação.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 04/06/2025



VALOR ECONÔMICO (SP)

OCEAN WILSONS FINALIZA VENDA DE CONTROLE DA WILSON SONS PARA MSC POR R\$ 4,35 BI

MSC indicou à Wilson Sons que protocolará pedido de aquisição de ações junto à CVM visando o fechamento de capital e cancelamento do registro da empresa

Por Felipe Laurence, Valor — São Paulo

A Wilson Sons disse nesta quarta-feira (4) que recebeu comunicação da sua controladora Ocean Wilsons finalizando a venda do controle da empresa para a Mediterranean Shipping Company (MSC) por R\$ 4,35 bilhões.

A companhia suíça adquiriu 248.664.000 ações da Wilson Sons na operação, o equivalente à participação total de 56,3% que a Ocean Wilsons tinha na operadora de portos brasileira, elevando sua própria participação para 68,3%.



— **Foto: Divulgação**

Com a mudança de controle, a MSC indicou à Wilson Sons que protocolará pedido de aquisição de ações junto à Comissão de Valores Mobiliários (CVM) visando o fechamento de capital e cancelamento do registro da empresa.

Christopher Townsend e William Henry Salomon, que representavam a Ocean Wilsons no conselho da Wilson Sons, pediram renúncia, e foram substituídos por Hugues Ronan Favard e Elber

Alves Justo, representantes da MSC.

— Foto: Divulgação

Fonte: *Valor Econômico* - SP

Data: 04/06/2025

VALE IRÁ OPERAR COM NOVA GERAÇÃO DE NAVIOS MULTICOMBUSTÍVEL

Em evento na Noruega, diretor de navegação da Vale, Rodrigo Bermelho, diz que a guerra tarifária entre EUA e China não afeta os planos no curto prazo

Por Paula Martini*, Valor — Oslo



O diretor de navegação da Vale, Rodrigo Bermelho, na Nor-Shipping — Foto: Paula Martini/Valor

De olho nas metas de redução de emissões e na eficiência energética, a Vale contratou 10 embarcações de nova geração da classe Guaibamax, que começarão a ser entregues em 2027. De acordo com o diretor de navegação da Vale, Rodrigo Bermelho, a projeção é que toda frota seja entregue até 2029 e comece a operar no mesmo ano.

“A gente fez um esforço para incorporar todas as tecnologias que estavam tendo resultados positivos, como a eficiência energética e a nossa estratégia de avançar na utilização de combustíveis alternativos”, disse Bermelho ao Valor.

O executivo da Vale participou, nesta quarta (4), da Brazil at Nor-shopping, programação dedicada ao mercado brasileiro na Nor-Shipping, principal feira do setor marítimo da Europa, que acontece até sexta-feira (6) em Oslo e Lillestrøm, na Noruega.

Segundo Bermelho, as embarcações com 325 mil toneladas de capacidade irão complementar a frota atual. Os novos navios da Vale serão dual fuel, com opção de metanol e bunker convencional, e possibilidade de uso de amônia e Gás Natural Liquefeito (GNL).

“A gente também considera a utilização de etanol, que é um combustível bastante tradicional [no setor automotivo], mas que ainda não tem todas as certificações para ser utilizado no nosso mercado. Estamos conversando com os players para avançar nessas certificações e eventualmente usar.”

Metas de redução de emissões

A Vale tem como metas globais reduzir emissões de escopo 1 e 2 em 33%, até 2030, e zerar as emissões líquidas de escopo 1 e 2 até 2050.

As emissões de escopo 1 resultam das emissões diretas de gases de efeito estufa das operações. As emissões de escopo 2 são as emissões indiretas decorrentes do consumo de energia elétrica e térmica adquiridas pela companhia.

Na apresentação de Bermelho, os novos navios afretados pela Vale foram classificados como o “estado da arte” da tecnologia de redução de emissões, sendo 14% mais eficiente que a atual geração de embarcações da classe Guaibamax.

Guerra tarifária de Trump

O diretor da Vale comentou a guerra tarifária entre Estados Unidos e China, ao dizer que a turbulência internacional não afeta os planos da mineradora no curto prazo. “Essa classe de grandes navios não atraca muito nos portos americanos, então não é uma classe que está sendo afetada pelas perspectivas de sanções. Não é alvo relevante”, observou.

O executivo também minimizou os impactos das novas regras da Organização Marítima Internacional (IMO, na sigla inglês), que prevê créditos e punições para armadores de acordo com o nível de emissão de gases poluentes na atmosfera.

Durante a Nor-Shipping, representantes do setor defenderam que o cálculo precisa considerar a distância entre os fornecedores e seus mercados para não punir de forma desproporcional cargueiros que realizam grandes deslocamentos geográficos.

“Claro que a gente está mais distante dos clientes que os nossos competidores e a gente navega grandes distâncias, carregando grandes quantidades de carga. Mas a regulação que foi aprovada não é uma regulação de taxaço absoluta sobre as emissões. Então, ela permite a gente avançar sem ter impactos muito altos.”

***A repórter viajou a convite do Consulado da Noruega no Rio de Janeiro**

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 04/06/2025

CONTROLE DE MINERAIS CRÍTICOS PELA CHINA AMPLIA PREOCUPAÇÃO GLOBAL

Restrições chinesas às exportações de ligas, misturas e ímãs de terras raras poderão causar atrasos e paralisações na produção de montadoras

Por Jarrett Renshaw, Jeff Mason e Ernest Scheyder,

A preocupação com o domínio da China sobre minerais críticos aumentou ontem, quando montadoras globais se juntaram às americanas para alertar que as restrições chinesas às exportações de ligas, misturas e ímãs de terras raras poderão causar atrasos e paralisações na produção, caso não haja solução rápida para o impasse.



As montadoras alemãs são as mais recentes a alertar que as restrições às exportações impostas pela China ameaçam parar a produção e abalar suas economias locais, seguindo uma queixa similar de uma fabricante indiana de veículos elétricos na semana passada.

China — Foto: Pixabay

A decisão tomada pela China em abril, de suspender as exportações de uma ampla variedade de minerais críticos e ímãs, perturbou as cadeias de abastecimento de montadoras, empresas aeroespaciais, fabricantes



de semicondutores e empresas que atuam sob contrato para o setor militar em todas as partes do mundo.

A medida ressalta o domínio da China sobre a indústria de minerais críticos e é vista como forma de pressão na guerra comercial que o país vem travando com o presidente dos EUA, Donald Trump.

Trump vem tentando redefinir as relações comerciais com seu principal rival econômico por meio da imposição de tarifas elevadas sobre bilhões de dólares em importações, na esperança de reduzir o grande déficit comercial dos EUA e repatriar parte da indústria manufatureira perdida.

Trump impôs tarifas de até 145% à China, apenas para reduzi-las depois que os mercados de ações, títulos e câmbio se revoltaram contra a natureza abrangente de suas taxas. A China reagiu com suas próprias tarifas e se aproveita do domínio que tem sobre cadeias de abastecimento importantes para persuadir Trump a recuar.

Há uma expectativa de que Trump e o presidente chinês, Xi Jinping, conversem esta semana, segundo a porta-voz da Casa Branca, Karoline Leavitt, disse a jornalistas nesta terça-feira, e a proibição às exportações deverá ser uma prioridade na agenda.

“Garanto a vocês que o governo está monitorando ativamente o cumprimento do acordo comercial de Genebra pela China”, disse ela. “Nossos representantes continuam dialogando com seus colegas chineses.”

Trump já havia sinalizado que a lentidão da China em flexibilizar a proibição às exportações de minerais críticos representa uma violação do acordo de Genebra.

As remessas de imãs, essenciais na fabricação de produtos que vão de automóveis e drones a robôs e mísseis, foram interrompidas em diversos portos chineses, enquanto o governo elabora um novo sistema regulatório. Uma vez implementado, o novo sistema poderá bloquear permanentemente o fornecimento a determinadas empresas, incluindo as que operam sob contrato para as Forças Armadas dos EUA.

A suspensão provocou ansiedade em diretorias corporativas e governos — de Tóquio a Washington —, enquanto autoridades correm para identificar alternativas limitadas, diante do temor de que a produção de novos automóveis e outros itens possa ser paralisada até o fim do terceiro trimestre.

“Se a situação não mudar rapidamente, atrasos na produção e até mesmo paralisações não poderão mais ser descartados”, disse ontem Hildegard Mueller, presidente da associação da indústria automotiva da Alemanha.

Frank Fannon, um consultor da indústria mineradora e ex-secretário-assistente de Estado para Recursos Energéticos no primeiro mandato de Trump, disse que as perturbações globais não surpreendem quem está atento.

“Acho que ninguém deveria se surpreender com a forma como isso está acontecendo. Temos um desafio de produção (nos EUA) e precisamos mobilizar toda a estrutura do governo para garantir o acesso aos recursos e ampliar nossa capacidade interna o mais rapidamente possível. O prazo para isso era ontem”, disse Fannon.

Diplomatas, montadoras e outros executivos da Índia, Japão e Europa estão buscando com urgência reuniões com autoridades em Pequim para pressionar por uma liberação mais rápida das exportações de imãs de terras raras, disseram fontes à Reuters, diante da ameaça de paralisação das cadeias globais de abastecimento.

Uma delegação empresarial do Japão estará em Pequim no começo de junho para se reunir com o Ministério do Comércio para discutir as restrições, e diplomatas europeus de países com grandes

setores automotivos também vêm tentando reuniões “emergenciais” com autoridades chinesas nas últimas semanas.

A Índia, onde a Bajaj Auto alertou que novos atrasos no fornecimento de ímãs de terras raras da China poderão “impactar gravemente” a produção de veículos elétricos, está organizando uma viagem para executivos do setor automotivo nas próximas semanas.

Em maio, o presidente da associação comercial que representa a General Motors (GM), Toyota, Volkswagen (VW), Hyundai e outras grandes montadoras levantou preocupações semelhantes em uma carta ao governo Trump.

“Sem um acesso confiável a esses elementos e ímãs, os fornecedores automotivos não conseguirão produzir componentes críticos, como transmissões automáticas, alternadores, diversos motores, sensores, cintos de segurança, alto-falantes, luzes, motores, direção elétrica e câmeras”, disse a Alliance for Automotive Innovation na carta ao governo.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 04/06/2025

portosenavios

PORTAL PORTOS E NAVIOS

NOVA GERAÇÃO DE GUAIBAMAX DA VALE TEM PREVISÃO DE ENTRADA EM OPERAÇÃO ENTRE 2027 E 2029

Por Danilo Oliveira Navegação 04/06/2025 - 16:05



Ao todo, 10 navios com capacidade de transportar até 325 mil toneladas de minérios e 14% mais eficientes que a geração atual serão incorporados à frota que opera para a companhia

A nova geração de navios que transporta minério para a Vale, classe Guibamax, tem previsão de entregas para incorporação à frota dedicada à companhia para o período de 2027 a 2029. O pacote afretado pela mineradora tem um total de 10 Very Large Ore Carriers que serão construídos em estaleiro na China pelo armador que venceu concorrência internacional.

As embarcações serão 14% mais eficientes que a geração atual, com até 90% de redução de emissões de gases de efeito estufa (GEE), considerando o uso de metanol como combustível.

Esses navios mineraleiros, com 325 mil toneladas de capacidade, poderão atracar nos terminais portuários da Ilha da Guaíba (RJ), Tubarão (ES) e Ponta da Madeira (MA). O diretor de navegação da Vale, Rodrigo Bermelho, afirmou que o pacote terá o 'estado da arte' de tecnologias de redução de emissões, aproveitando os avanços de soluções já implementadas e que vem sendo aprimoradas em outras embarcações da frota da companhia.

" Fizemos um esforço, a partir do nosso projeto de pesquisa, de incorporar todas as tecnologias que estavam dando resultados positivos, com vistas à eficiência energética e também a nossa estratégia de avançar na utilização dos combustíveis alternativos, nesse modelo de dar o primeiro passo, mas manter as opções abertas para uma mudança no futuro", disse Bermelho, nesta quarta-feira (4), após apresentação em painel do Brasil@Nor-Shipping, na Nor-Shipping 2025, que acontece esta semana em Lillestrom, Noruega.

Bermelho acrescentou que a Vale faz mais de 1.000 embarques por ano, exportando 300 milhões de toneladas. "Esses navios vêm a adicionar uma camada de contratos de uma parte do transporte das 300 milhões de toneladas", explicou.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 04/06/2025

APS E MARINHA FIRMAM ACORDO PARA IMPLANTAÇÃO DE VTMISS NA ILHA DA MOELA

Da Redação Portos e logística 03/06/2025 - 19:20



A Autoridade Portuária de Santos (APS) e a Marinha do Brasil formalizaram nesta terça-feira (3) um Acordo de Cooperação Técnica para implementação do Sistema de Gerenciamento de Tráfego de Embarcações (VTMISS) na Ilha da Moela, em Guarujá.

O acordo autoriza a APS a instalar equipamentos de última geração na Ilha da Moela — área administrada pela Marinha —, incluindo radar marítimo, estação meteorológica, câmeras eletro-ópticas e antenas, consolidando uma das quatro estações do VTMISS que monitorará toda a área do

porto organizado.

As demais unidades estarão no topo da Serra do Mar, no Morro do Tejereba (Guarujá) e na Ilha Barnabé (Santos), garantindo cobertura integral do canal e áreas de fundeio.

O presidente da APS, Anderson Pomini, destacou a transformação trazida pelo sistema. "O VTMISS não apenas eleva a segurança, mas cria uma nova era de integração entre os órgãos fiscalizadores. Iremos operar uma sala de situação na sede da APS, reunindo praticagem, Receita Federal, Polícia Federal, Capitania dos Portos e outros atores, com dados compartilhados em tempo real. Isso significa eficiência nas operações portuárias e no combate a ilícitos".

O vice-almirante Marco Trovão, comandante do 8º Distrito Naval, reforçou o impacto do sistema para a Marinha: "Esta tecnologia ampliará radicalmente nossa consciência situacional marítima, permitindo uma visão global compartilhada do Porto de Santos. O VTMISS é vital para a segurança do tráfego aquaviário e a proteção contra ameaças como o tráfico de drogas".

Sustentabilidade e inovação

Todas as estações do VTMISS funcionarão com energia solar fotovoltaica. O VTMISS é uma plataforma tecnológica que monitora em tempo real o movimento de navios em águas portuárias, combinando radares marítimos, câmeras eletro-ópticas de alta definição, estações meteorológicas e sistemas de comunicação.

No Porto de Santos, o VTMISS atuará como um centro de inteligência de dados, fornecendo às autoridades portuárias e à Marinha informações integradas sobre posicionamento de embarcações, condições climáticas, rotas de navegação e potenciais riscos.

Próximos passos

O edital para a instalação do sistema será lançado ainda em 2025, marcando o início das obras de instalação, aguardadas há uma década pela comunidade portuária.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 03/06/2025

ANTAQ DIVULGA HOJE RESULTADOS DE ENQUETE COM CONSELHEIROS SOBRE QUALIDADE DOS SERVIÇOS PÚBLICOS

Da Redação Portos e Logística 29/11/-0001 - 20:53



A Antaq divulgou hoje (3) o Relatório de Enquetes do Conselho de Usuários de Serviços Públicos, com os resultados da consulta sobre qualidade e satisfação dos conselheiros em relação aos 31 serviços listados na Carta de Serviços da Agência. Este foi o primeiro ciclo de enquetes do quadriênio 2025-2028, com perguntas aplicadas entre março e abril deste ano.

A Carta de Serviços apresenta informações sobre os serviços públicos prestados de forma direta ou indireta, detalhando formas de acesso, padrões de qualidade e compromissos de atendimento. O Conselho de

Usuários busca promover a participação da sociedade civil na avaliação dos serviços prestados, contribuindo com a Antaq na elaboração de regulações mais adequadas para o setor. Qualquer cidadão pode se tornar conselheiro com um simples cadastro na Plataforma Virtual do Conselho de Usuários de Serviços Públicos, podendo sugerir periodicamente melhorias nos serviços da Antaq.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 03/06/2025

MAERSK RECEBE 12º PORTA-CONTÊINER DE METANOL

Da Redação Portos e Logística 29/11/-0001 - 20:53



A Maersk recebeu na Coreia do Sul o décimo segundo navio de sua primeira série de grandes porta-contêineres com motor de duplo combustível a metanol, encerrando a entrega da classe apenas dezessete meses após a nomeação do primeiro navio. A embarcação mais recente, batizada como Axel Maersk, homenageia Axel Poul Peder Maersk Uggla, neto de Ane Maersk Mc-Kinney Uggla. Toda a classe segue a tradição de nomes iniciados com a letra "A", incluindo navios como Ane, Angelica, Adrian e Arthur Maersk.

Todos os doze navios foram construídos no estaleiro HD Hyundai Heavy Industries em Ulsan e estão sendo empregados na nova Rede Leste-Oeste da Maersk, operada em parceria com a Hapag-Lloyd sob a Cooperação Gemini. O Adrian Maersk navega entre a Ásia e o Mediterrâneo, enquanto os demais atendem o norte da Europa. O Axel Maersk partiu para Xangai para sua viagem inaugural em 4 de junho.

Cada navio possui 189.500 dwt, 337 metros de comprimento e capacidade para 16.000 TEU. Os motores bicombustíveis desenvolvidos pela MAN Energy Solutions podem operar com metanol tradicional, e-metanol ou biometanol, conforme sua disponibilidade futura. Os navios estão registrados na Dinamarca.

Além dessa série, a Maersk receberá mais seis navios similares ainda em 2025, com capacidade ligeiramente superior, de 17.000 TEU. Esses fazem parte de um plano de modernização da frota iniciado em 2024, que inclui pedidos para 20 navios de combustível duplo com capacidade total de 300.000 TEU. As encomendas foram divididas entre Yangzijiang Shipbuilding, New Times Shipbuilding e Hanwha Ocean, envolvendo propulsão por metanol e gás liquefeito, conforme a empresa avalia o desenvolvimento das cadeias de suprimento de biometanol.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 03/06/2025

PETROBRAS PLANEJA 52 NOVOS NAVIOS ATÉ 2026 COM INVESTIMENTO DE US\$ 5,12 BILHÕES

Da Redação Offshore 29/11/-0001 - 20:53



A Petrobras pretende incorporar 52 novos navios à sua frota até 2026, com um investimento de US\$ 5,12 bilhões, conforme anunciado por sua presidente, Magda Chambriard, durante evento no Porto de Itajaí com a presença do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. A empresa prevê garantir até 65% da construção naval em território nacional, fortalecendo a indústria naval brasileira e reduzindo a dependência de embarcações afretadas no exterior. O plano revisado aumenta a meta anterior de 48 para 52 navios, abrangendo navios de suprimento, petroleiros e embarcações de apoio destinadas principalmente às operações offshore no

campo de Búzios, cuja produção estimada é de 2 milhões de barris por dia até 2030. As exigências de construção local variam de 45% a 65%, priorizando o uso de materiais e mão de obra nacionais.

O projeto deve gerar 50.000 empregos diretos e indiretos, alinhando-se à política de reindustrialização do governo federal. Já foram firmados contratos para a construção de 12 navios com propulsão híbrida, no valor de US\$ 2,8 bilhões, nos estaleiros de Navegantes e Itajaí. As parcerias envolvem critérios de sustentabilidade e estímulo ao crescimento econômico. A Petrobras também busca atrair investidores estrangeiros para fortalecer os estaleiros brasileiros, incluindo negociações com empresas chinesas. A companhia possui participações na Bacia de Pelotas, uma nova fronteira de exploração no sul do país. A Shell, parceira da Petrobras, planeja perfurações exploratórias para 2028, com estimativas de reservas de bilhões de barris. O sucesso na região pode transformar Santa Catarina e o Rio Grande do Sul em polos energéticos.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ
Data: 03/06/2025

CLARKSONS RESEARCH APONTA AVANÇOS E DESAFIOS DO SETOR MARÍTIMO GLOBAL EM 2025

Da Redação Portos e Logística 29/11/-0001 - 20:53



A Clarksons Research prevê que o transporte marítimo mundial movimentará 12,6 bilhões de toneladas de carga em 2025, apoiado por uma frota de 2,5 bilhões de dwt, números significativamente superiores aos de 1965. A produção da construção naval deve crescer 4% ao ano, alcançando 74,1 milhões de GT, com a China liderando com 53% de participação de mercado, seguida por Coreia do Sul (27%), Japão (14%), Europa (4%) e EUA (0,1%). Apesar disso, os pedidos de novas construções caíram 50% nos primeiros cinco meses de 2025 em relação ao ano anterior, embora ainda se

mantenham em níveis altos devido à forte demanda em 2024.

A carteira global de novas construções soma 164,4 milhões de CGT e US\$ 511,6 bilhões, com destaque para navios de gás, contêineres, transportadores de carros e uma recuperação no segmento de cruzeiros. A transição energética continua a influenciar o setor, com 52% da tonelagem encomendada compatível com combustíveis alternativos. Há mais de 1.000 embarcações encomendadas com capacidade para GNL, 334 para metanol, 45 para amônia e mais de 500

híbridas de bateria. Também há 940 embarcações com status de prontas para combustíveis alternativos.

Atualmente, 8% da capacidade de transporte da frota global é movida por combustíveis alternativos, número que deve subir para 20% até 2030. A idade média da frota está em 13,2 anos e cerca de um terço dela foi classificada como D ou E pelo CII. A modernização com Tecnologias de Economia de Energia é vital, já instalada em mais de 12.115 navios. Estas tecnologias incluem sistemas como lubrificação a ar, rotores Flettner e assistência eólica. Há também embarcações testando captura de carbono a bordo e mais de 35% da frota possui motores "Eco".

Entretanto, a infraestrutura portuária ainda está atrasada, com apenas 275 portos com abastecimento de GNL e 40 com metanol disponível ou planejado. Estima-se que as emissões de gases de efeito estufa do transporte marítimo tenham crescido 4% em 2024, ultrapassando níveis pré-Covid, devido ao redirecionamento de rotas, aumento de velocidade e crescimento do comércio, o que compensou os ganhos ambientais.

A carga energética representa 38% do comércio marítimo global, e 16% da produção de energia vem do petróleo e gás offshore. O transporte de gás, especialmente GNL, GLP, etano, amônia e CO₂, está em forte crescimento. A energia eólica offshore, hoje com 0,4% da matriz global, deve atingir 2% até 2035 e 6% até 2050.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ
Data: 03/06/2025

PANAMÁ REMOVE MAIS DE 650 NAVIOS DE SEU REGISTRO PARA REFORÇAR CUMPRIMENTO DE SANÇÕES

Da Redação Indústria naval 29/11/-0001 - 20:53



A Autoridade Marítima do Panamá retirou mais de 650 embarcações de seu registro desde 2019, como parte de um esforço para aplicar sanções dos EUA e impor regras mais rígidas à frota sob sua bandeira. Somente no último ano, 214 navios foram excluídos após a implementação de medidas que permitem respostas mais rápidas às violações. Esses navios não podem mais navegar sob a bandeira panamenha após sua remoção.

A ação responde a críticas da organização Unidos Contra o Irã Nuclear (UANI), que acusou o Panamá de não combater de forma suficiente o transporte de petróleo iraniano. A UANI afirmou que quase 20% dos navios suspeitos de transportar petróleo iraniano usam bandeira do Panamá e classificou essa situação como uma ameaça à aplicação das sanções globais e à segurança dos EUA.

Em 2019, o Panamá firmou um acordo com países como Libéria e Ilhas Marshall para compartilhar informações sobre embarcações rejeitadas ou removidas por possíveis violações. Também passou a adotar medidas contra navios que desligam seus transponders para evitar rastreamento. Mais recentemente, em maio, anunciou o reforço dos controles sobre operações entre navios com bandeira panamenha, especialmente em resposta ao crescimento da chamada "frota escura", usada para burlar sanções e requisitos ambientais. O governo dos Estados Unidos tem pressionado países com grandes registros navais a reforçarem a aplicação de sanções. Em meio a esse cenário, o Panamá afirmou estar colaborando com os EUA para garantir a integridade de seu registro naval.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ
Data: 03/06/2025

UTE GNA II INICIA OPERAÇÃO COMERCIAL E CONSOLIDA MAIOR COMPLEXO TERMELÉTRICO A GÁS DA AMÉRICA LATINA

Da Redação Portos e Logística 29/11-0001 - 20:53



A UTE GNA II Geração de Energia S.A. recebeu autorização da ANEEL para iniciar a operação comercial de suas quatro unidades geradoras a partir de 31 de maio de 2025, somando 1.673 MW de capacidade instalada. Localizada no Porto do Açú, em São João da Barra (RJ), é a segunda termelétrica da GNA na região e representa um investimento de R\$ 7 bilhões.

Reconhecida como projeto estratégico do Novo PAC, a usina tem potencial para abastecer 8 milhões de residências e representa cerca de 10% da geração

nacional a gás natural. Combinada à UTE GNA I, em operação desde 2021, a empresa atinge 3 GW de capacidade instalada, consolidando o maior parque de geração a gás natural da América Latina, interligado a um terminal privado de GNL.

A planta opera em ciclo combinado com três turbinas a gás e uma a vapor, atingindo mais de 60% de eficiência. Pode gerar 572 MW sem consumo adicional de gás e está preparada para operar com até 50% de hidrogênio. Utiliza quase 100% de água do mar tratada, preservando os recursos hídricos.

Durante sua construção, gerou cerca de 10 mil empregos e promoveu capacitação gratuita com foco na inclusão de mulheres, além de alcançar 20 milhões de horas trabalhadas sem acidentes com afastamento.

A empresa tem licença para expandir sua capacidade em mais 3,4 GW, totalizando até 6,4 GW, com potencial para novas conexões à rede de gasodutos e terminal onshore. A composição acionária da GNA inclui bp, Siemens Energy e SPIC Brasil, que destacam a importância estratégica da usina para a segurança energética e a transição para fontes mais sustentáveis.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ
Data: 03/06/2025

PRÊMIO ECOBRASIL RECEBE O NÚMERO RECORDE DE 34 INSCRIÇÕES DE ENTIDADES DOS SETORES DE PORTOS, INDÚSTRIA NAVAL E MARINHA MERCANTE

Da Redação Portos e Logística 03/06/2025 - 19:07

A 18ª edição do Ecobrasil - Seminário Nacional sobre Indústria Marítima e Meio Ambiente recebeu um total recorde de 34 projetos inscritos ao Prêmio Portos e Navios de Responsabilidade Socioambiental. As inscrições foram encerradas em 30 de maio. O número supera de longe a média de inscrições ao prêmio e reúne empresas de portos, indústria naval e marinha mercante de todo o país.



A comissão organizadora indicará no dia 17 de junho os três finalistas que apresentarão seus projetos no primeiro dia do Ecobrasil, 17 de junho. O vencedor será conhecido no segundo e último dia do evento, 18 de junho.

O prêmio visa incentivar iniciativas que atendam uma das condições: Mitiguem impactos ambientais da atividade portuária ou industrial; Contribuam para a preservação/desenvolvimento ambiental na área de abrangência; Contribuam positivamente para o



INFORMS

INFORMATIVO - MERCOS SHIPPING

Edição: 071/2025
Página 50 de 50
Data: 04/06/2025
www.mercosshipping.com.br
merco@mercoshipping.com.br

desenvolvimento social da coletividade em sua área de influência.

Descarbonização nos portos, eficiência e sustentabilidade, cidades portuárias e corredores verdes, transição energética e bioincrustações são alguns dos temas que compõem o temário desta edição.

As inscrições para participar estão abertas. Gestores ambientais têm desconto de 50% na inscrições. As solicitações devem ser feitas pelo email ecobrasil@portosenavios.com.br

O Ecobrasil é realizado pela Portos e Navios, com coordenação técnica da Cisporto Consultoria, com patrocínio Diamante da Oceanpact e da Allmaritim; patrocínio Ouro da Associação Brasileira dos Terminais Portuários (ABTP) e patrocínio Coffee Break da Way Carbon.

Serviço:

Ecobrasil 2025

Local: Hotel Mirador, Copacabana, Rio de Janeiro

Data: 17 e 18 de junho

Horário: 8h às 17h

Website: <https://www.portosenavios.com.br/ecobrasil-2025>

Inscrições: <https://www.portosenavios.com.br/inscricoes-ecobrasil>

Temário: <https://www.portosenavios.com.br/ecobrasil-2025-temario>

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 03/06/2025



MERCOS SHIPPING MARÍTIMA LTDA

ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA MERCOSHIPPING.COM E NO LINKEDIN.COM

Este conteúdo também está disponível na www.mercosshipping.com e no www.linkedin.com/company/merco-shipping-maritima-ltda

Fonte : InforMS

Data: 04/06/2025